

# EUROBARÓMETRO 2002

A União Europeia, o alargamento e o futuro da Europa

Ana Espírito Santo

André Freire

Marina Costa Lobo

Pedro Magalhães

(Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Estudo coordenado por Manuel Villaverde

Cabral (ICSUL) e realizado para a

Representação da Comissão Europeia em

*Portugal*

«Este documento não reflecte as opiniões da Comissão Europeia. Quaisquer interpretações ou opiniões expressas neste relatório são apenas dos seus autores»

26 de Agosto de 2002

---

**EORG E.E.I.G.**

**111 rue Colonel Bourg – 1140 Brussels – Belgium**

**Tel: +32 / 2 – 775.01.12 – Fax: \*32 / 2 – 761.02.75 – Email: [info@eorg.be](mailto:info@eorg.be)**

# ÍNDICE

	Página
1 Introdução	4
2 A União Europeia	
2.1 Informação acerca da União Europeia	5
2.2 Avaliação da adesão de Portugal à União Europeia	8
2.3 Receios e Prioridades em relação à União Europeia	12
3 O alargamento da União Europeia	
3.1 Informação acerca do processo de alargamento	14
3.2 Atitudes em relação ao processo de alargamento	16
4 Portugal e o futuro da Europa	
4.1 Informação acerca do futuro da Europa	23
4.2 Competências Políticas dos Estados e da União Europeia	25
4.3 Reforma Institucional da União Europeia	28
5 Conclusão	31
6 Anexos : especificações técnicas e questionário	33

## RELATÓRIO

## **1. Introdução**

Este relatório analisa os resultados do Eurobarómetro 57, realizado durante a Primavera de 2002. Encontra-se dividido em três partes fundamentais. A primeira trata as opiniões genéricas dos portugueses, de um ponto de vista evolutivo e comparativo, em relação à União Europeia, as suas políticas e instituições. Em particular, ficaremos a saber até que ponto os portugueses dizem sentir-se informados acerca dos assuntos europeus, quais as suas fontes reais e preferenciais de informação, que avaliação fazem da pertença de Portugal à UE e que receios e aspirações têm em relação ao futuro da construção europeia e às políticas comunitárias.

A segunda parte do relatório incide sobre um aspecto específico da construção europeia: o alargamento da UE. São tratados dados acerca do grau de informação dos portugueses sobre o alargamento, para depois se analisarem as suas atitudes em relação ao processo, segundo diversas perspectivas. Em particular, veremos se os portugueses são ou não favoráveis ao alargamento e que tipo de alargamento prefeririam, assim como as suas expectativas em relação às consequências políticas e económicas do alargamento, tanto para a UE como para Portugal.

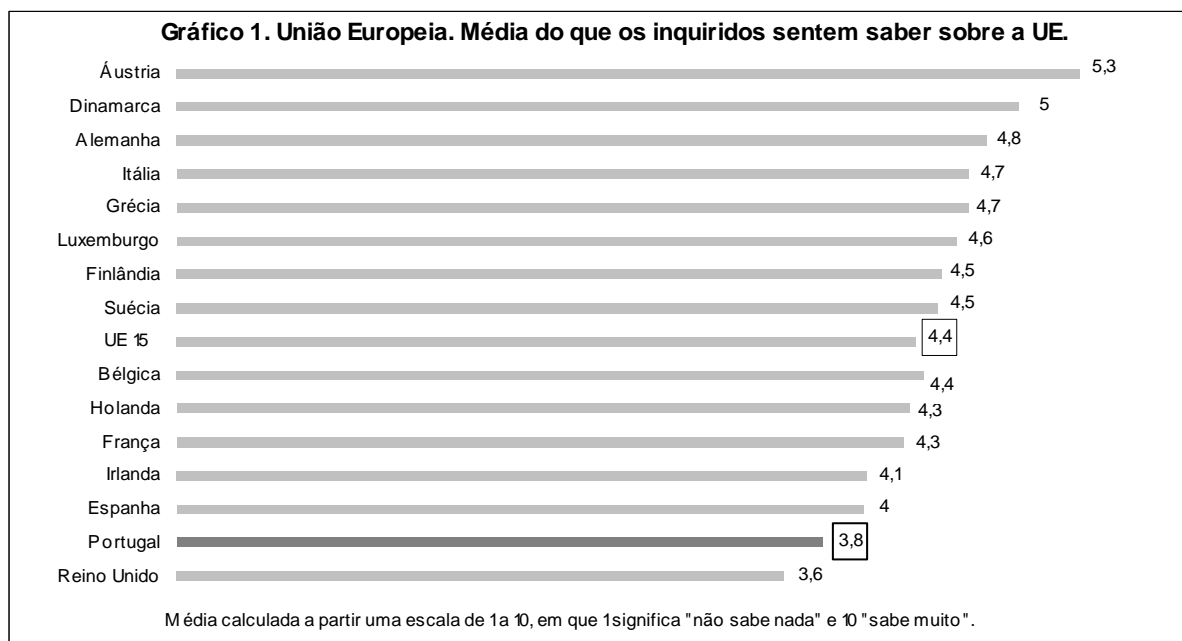
A terceira parte trata das opiniões dos portugueses em relação ao futuro da União Europeia, especialmente no que diz respeito às consequências do processo de reforma das instituições comunitárias. Em primeiro lugar, averigua-se o grau de conhecimento que os portugueses têm sobre esse processo. De seguida, analisa-se a forma como os portugueses gostariam de ver distribuídas competências entre o governo nacional e as instituições comunitárias, a fim de perceber que áreas consideram dever ser da responsabilidade exclusiva do Governo e quais as que devem ser partilhadas com a UE. Finalmente, será tratada a posição dos portugueses face à reforma institucional, procurando entender até que ponto a consideram prioritária e qual a sua opinião em relação a possíveis reformas institucionais concretas.

## **2. A União Europeia**

### **2.1. Informação acerca da União Europeia, suas Políticas e Instituições**

A informação dos portugueses acerca da União Europeia, as suas políticas e instituições será analisada segundo diversas perspectivas. Em primeiro lugar pretende-se perceber até que ponto os portugueses se sentem informados sobre a UE, procurando determinar se há estratos ou grupos sociais que, dentro da sociedade portuguesa, afirmam sentir-se particularmente informados ou desinformados. Não existindo no EB57 nenhuma pergunta que permita determinar objectivamente o grau de conhecimento dos portugueses sobre o tema, a análise será baseada não no que eles efectivamente sabem, mas sim no que dizem saber. Em segundo lugar, pretende-se perceber quais as fontes reais e preferenciais de obtenção de informação sobre a UE, esperando desta forma dar um contributo válido à estratégia de informação e comunicação da UE recentemente delineada.

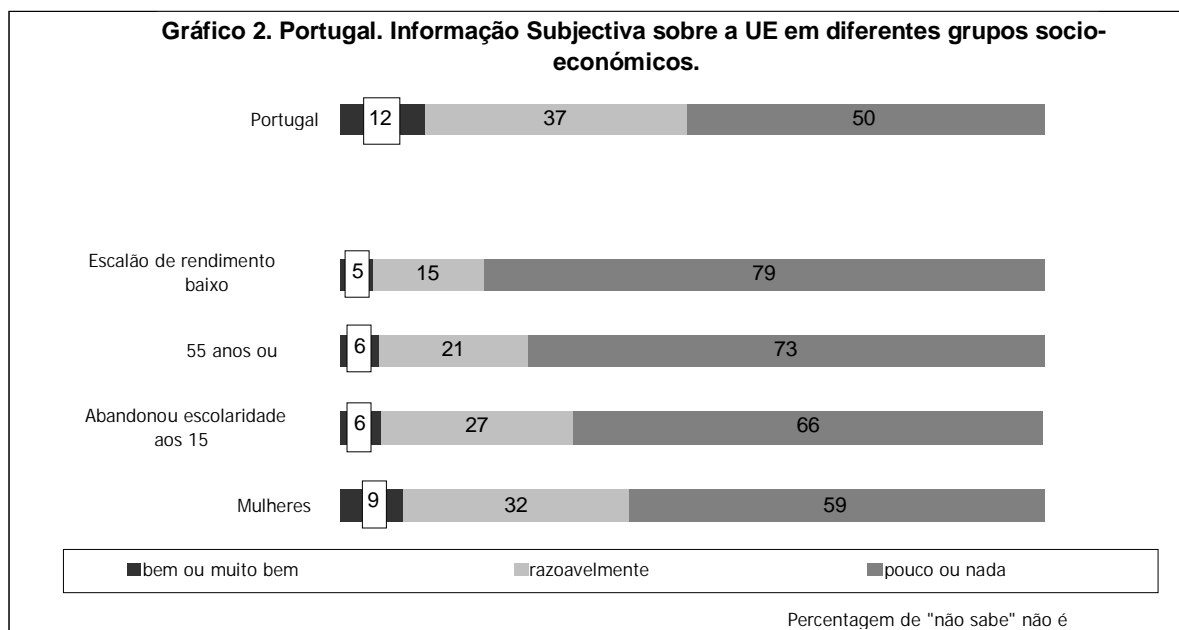
**Os portugueses, em geral, sentem saber muito pouco sobre a UE, suas políticas e instituições.**



Em média, numa escala de 1 a 10, o sentimento de informação dos portugueses sobre a UE situa-se nos 3,8 pontos. Com este valor, inferior à média europeia (4,4), **Portugal coloca-se entre os países cuja população menos se afirma sentir informada sobre a UE**, estando a este nível apenas acima do Reino Unido. Refira-se contudo que a média de conhecimento de cada um dos outros países membros é inferior ao ponto médio da escala (5,5), o que demonstra que em todos eles a população se sente menos do que medianamente informada. Confirma-se portanto, claramente para o caso português, mas também com alguma intensidade para a totalidade dos países membros, um sentimento generalizado de pouca informação sobre a UE.

Entre os portugueses, existem grupos sociais cujo sentimento de pouca informação sobre a UE é particularmente acentuado. Não apresentando novidade em relação ao que já foi detectado em eurobarómetros anteriores, por ordem decrescente de peso no grau de conhecimento, **as pessoas com menos rendimento, menos escolarizadas, as do sexo feminino e as mais idosas evidenciam-se como as mais afectadas por esta falta de conhecimento** – gráfico 2<sup>1</sup>. Da análise deste gráfico observa-se, de facto, nos grupos socio-demográficos seleccionados, a reduzida percentagem de pessoas que afirma sentir-se “bem ou muito bem informada” e a elevada percentagem que se sente “pouco ou nada informada”, comparativamente ao total do país, especialmente os indivíduos com mais baixos níveis de rendimento.

<sup>1</sup> No EB57 o “grau de informação que sente ter sobre a UE” foi medido numa escala de 1 a 10 (1 - “não sabe nada” a 10 - “sabe muito”). Para a construção deste gráfico a variável foi recodificada da seguinte forma: 1 a 3 - “pouco ou nada informado”; 4 a 6 “razoavelmente informado”; 7 a 10 “bem ou muito bem informado”.



Com recurso a uma análise estatística multivariada, analisou-se o peso de cada uma destas quatro características socio-demográficas no conhecimento sobre a UE, nos 15 países membros. Concluiu-se que, na globalidade da União, as duas características com maior peso são o sexo e a escolaridade, seguida do rendimento. A influência destas três variáveis é significativa na maioria dos países, sempre no mesmo sentido que se verifica em Portugal. Por sua vez, a idade manifesta valores significativos em alguns países, a saber, Alemanha, Reino Unido, Áustria, Suécia e Luxemburgo, mas em todos estes casos manifesta-se no sentido inverso ao português – neste países, são os mais jovens que menos sentem estar informados sobre a UE. Além disso, **Portugal é o país da União onde o rendimento mais explica a variável em causa**; juntamente com a Grécia, e seguido da Suécia e da Itália, constitui o terceiro país onde a importância da escolaridade é maior; sendo, contudo, à excepção da Irlanda e da Espanha, um dos países onde o sexo menos explica a percepção subjectiva de conhecimento sobre a UE<sup>2</sup>.

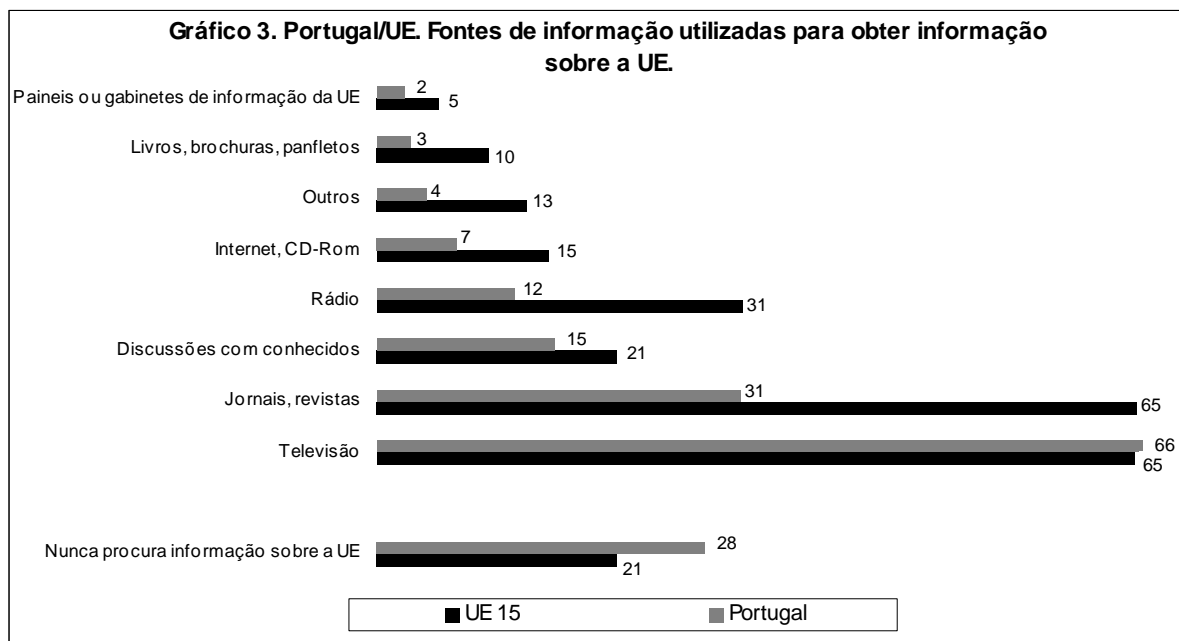
A falta de informação sobre a UE em Portugal é também visível pelo número de pessoas que nunca ouviu falar das diversas instituições comunitárias. Os três casos mais flagrantes, com cerca de 50 por cento de desconhecimento são: o Mediador Europeu, o Comité Económico e Social e o Comité Europeu para as Regiões. Contudo, desta vez, a percentagem de portugueses que diz nunca ter ouvido falar destas instituições, não obstante ser elevada, é mais baixa do que na média da UE. Surpreendentemente, **à excepção do Parlamento Europeu, os portugueses parecem estar mais familiarizados com todas as instituições da União do que a média dos cidadãos europeus**. Contudo, é necessário ter em consideração que o facto de alguém já ter ouvido falar de determinada instituição não implica que tenha qualquer conhecimento concreto sobre ela.

<sup>2</sup> Esta análise é resultado de regressões, pelo que se analisa o peso independente que cada uma das variáveis socio-demográficas em causa tem na explicação da percepção subjectiva de informação acerca da UE.

No EB57 foi perguntado aos inquiridos quais as fontes de informação que mais utilizam quando procuram informação sobre a UE. **A grande maioria dos portugueses afirma que a televisão é a sua principal fonte de informação sobre a UE.**

66 por cento dos portugueses afirmam obter informação sobre a UE através da televisão, seguida dos jornais e revistas, embora com menos de metade do valor percentual atribuído à TV. A televisão e os jornais são também os meios de comunicação que gozam de mais adeptos por toda a UE, com a diferença de que, em média, os cidadãos europeus se distribuem equitativamente pelos dois meios (65 por cento), enquanto que os portugueses estão mais dependentes da televisão. Ela é, aliás, a única fonte de informação em que a percentagem portuguesa supera a média europeia, já que, no total, os portugueses mencionaram menos fontes de informação.

Além disso, 28 por cento dos portugueses disseram espontaneamente não procurar este tipo de informação, valor bastante acima da média da UE (21 por cento), só ultrapassado pela Irlanda (33 por cento) e pelo Reino Unido (37 por cento). Tentou-se perceber quem são estes portugueses e verificou-se que, em termos socio-demográficos, são pessoas tendencialmente pouco escolarizadas e, em termos atitudinais, indivíduos que, em geral, não prestam qualquer atenção à política<sup>3</sup>.



Além da fonte de informação que usam, foi também perguntado aos inquiridos sob que forma **prefeririam obter informação sobre a UE**. Dos 712 indivíduos que responderam a esta pergunta<sup>4</sup> **em Portugal, a esmagadora maioria elegeu a televisão (77 por cento)**. Em

<sup>3</sup> Também esta análise é resultado de uma regressão, neste caso uma regressão logística própria para variáveis dependentes dicotómicas. Note-se que nenhuma das restantes três variáveis socio-demográficas habitualmente usadas produziu neste caso efeito significativo.

<sup>4</sup> Aos restantes cerca de 28 por cento dos inquiridos portugueses não foi feita esta pergunta por terem respondido na pergunta anterior que “nunca procuram informação sobre a UE”.



segundo e terceiro lugar, embora com uma acentuada diferença em relação à TV, os portugueses escolheram os jornais diários e a rádio, com 19 e 18 por cento, respectivamente. A média dos cidadãos dos quinze parece partilhar da mesma opinião que os portugueses, embora uma vez mais se verifique uma maior pluralidade no uso dos meios, enquanto as escolhas portuguesas estão mais concentradas nos três meios de comunicação referidos.

A somar a esta constatação, note-se que **no geral os portugueses têm um grau de confiança bastante alto nos seus meios de comunicação, nomeadamente televisão, rádio e imprensa escrita**. 72 por cento dos portugueses tendem a confiar na televisão, enquanto apenas 55 por cento dos cidadãos da UE partilham a mesma opinião. A rádio e a imprensa escrita merecem 67 e 53 por cento, respectivamente, da confiança portuguesa, valores que, embora mais baixos em relação à TV, estão acima da média europeia.

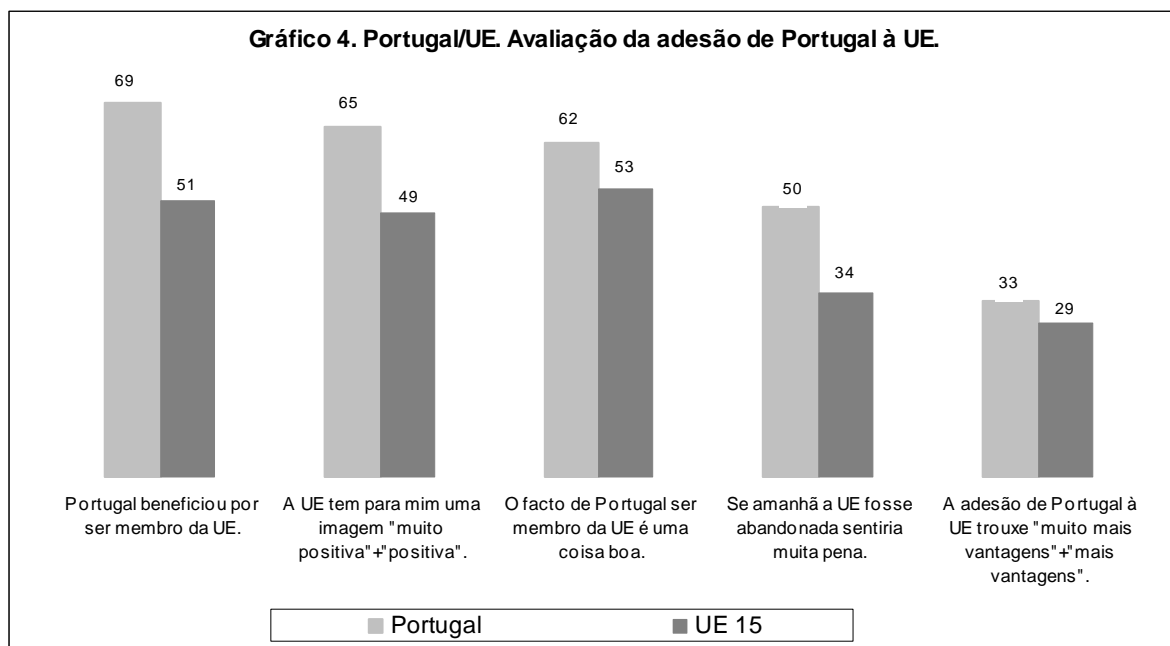
Estes resultados sugerem duas notas sobre a estratégia de comunicação da UE em Portugal. Dados os baixos níveis de leitura de jornais e revistas, em comparação com o que se passa com outros países europeus (resultado em parte de uma também baixa escolarização), o cumprimento do objectivo de difundir informação sobre a UE a um público alargado em Portugal não tem alternativas ao uso da televisão como veículo prioritário de passagem dessa informação. Além disso, o facto de ser entre os níveis sociais mais desfavorecidos que se encontram os mais fortes sentimentos de desinformação, reforça a ideia de que, para já, uma estratégia que não aposte prioritariamente na televisão não atingirá esses grupos. Por outro lado, como a estratégia de comunicação também se destina paralelamente a um público mais restrito, com mais conhecimentos à partida sobre a UE, mais interessado em obter informação pormenorizada e provavelmente (pelo menos para o caso português) mais instruído e mais jovem, podem constituir uma boa opção os jornais e revistas e a rádio.

## **2.2. Avaliação da adesão de Portugal à União Europeia**

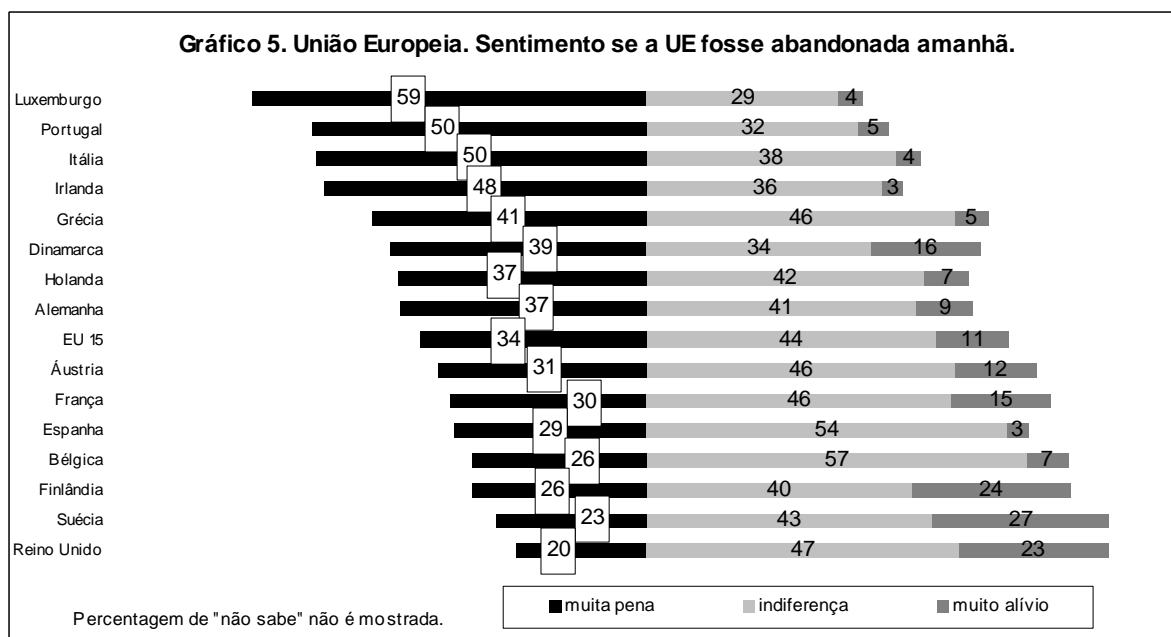
A avaliação da adesão de cada país membro à UE foi tema de várias perguntas no EB57 e em eurobarómetros anteriores, o que permite uma análise diversificada, quer em termos comparativos entre os países, quer em termos longitudinais, quer ainda no que respeita a perceber diferenças dentro da sociedade portuguesa.

Mantendo registos anteriores, **os portugueses têm uma opinião muito positiva acerca da UE**. No gráfico 4 encontram-se sintetizadas percentagens de respostas a diversas perguntas do EB57, que evidenciam a simpatia que os portugueses nutrem pela UE e a avaliação positiva que fazem da adesão, em todos os casos superior à média europeia: 69 por cento dos portugueses consideram que o país beneficiou com a adesão à UE, 65 por cento afirmam que a UE tem para si uma imagem positiva, 50 por cento sentiriam muita pena se a UE fosse abandonada e 33 por cento consideram que a adesão trouxe para Portugal mais ou muito mais vantagens do que desvantagens. Com estes valores, Portugal posiciona-se entre os

países cuja atitude face à UE é mais positiva, ao lado da Grécia, Espanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Holanda.



De salientar que os portugueses, juntamente com os italianos, são os segundos cidadãos da UE, depois dos luxemburgueses (com 59 por cento), que sentiriam mais pena se a UE fosse abandonada amanhã (gráfico 5), encontrando-se muito acima da média europeia que, nesta categoria, não supera os 34 por cento. Portugal é o segundo país onde a percentagem de pessoas que sentiriam “indiferença” ou “muito alívio” se a UE fosse abandonada é menor, com 37 por cento, percentagem inferior à média europeia (que supera os 50 por cento).

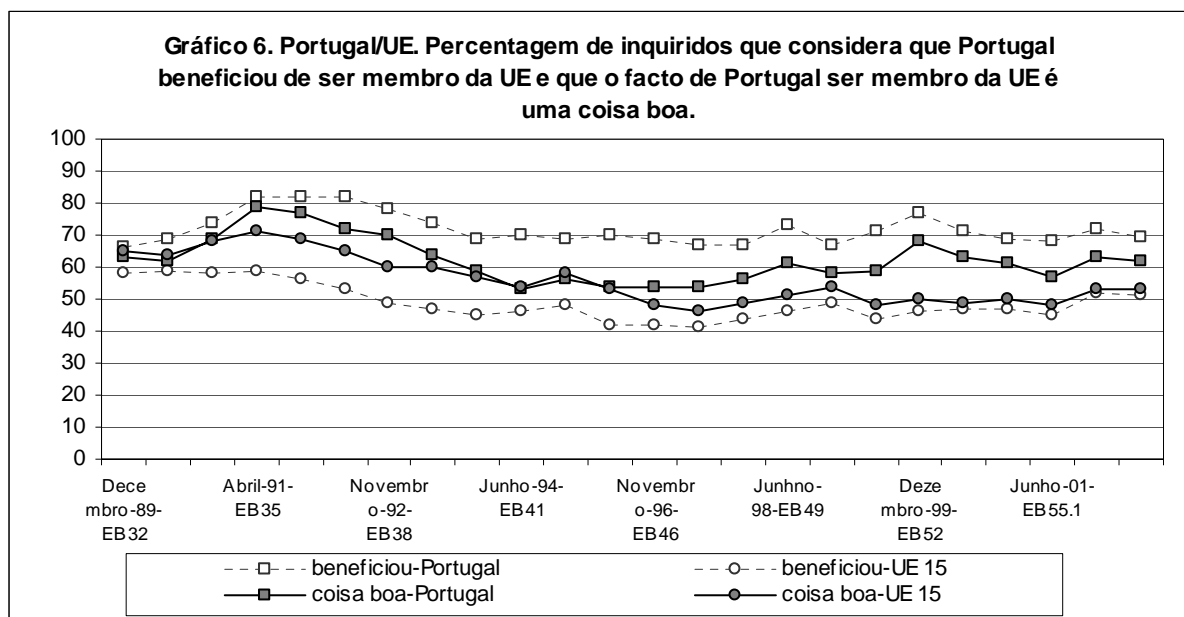


**Os portugueses são ainda os cidadãos da UE que mais nela confiam.** 66 por cento dos portugueses tendem a confiar na UE, valor que ultrapassa em 20 por cento a média europeia, sendo superior a todos os outros países membros. Seguem-se a Itália e o Luxemburgo, ambos com 62 por cento. Além disso, os portugueses tendem a confiar mais na UE do que no governo nacional, que merece apenas 44 por cento da confiança dos portugueses. Este valor é, no entanto, superior à média da UE (39 por cento).

Da mesma forma, enquanto 60 por cento dos portugueses têm confiança no Parlamento Europeu, somente 50 por cento tende a confiar na Assembleia da República. Ambos os valores são acima da média da UE que é, para as instituições referidas, 54 e 42 por cento, respectivamente. Com valores bastante semelhantes aos portugueses surge a Grécia, com 58 e 51 por cento de confiança nas mesmas instituições. Portugal também confia mais nas instituições que constituem a UE do que a média dos europeus, encontrando-se invariavelmente entre os países mais confiantes.

Dos cinco itens que constituem o gráfico 4, aquele com que mais portugueses estão de acordo é que Portugal beneficiou da adesão à UE. Mas terá sido sempre esta a opinião partilhada no país? De facto, da análise do gráfico 6, depreende-se que os portugueses nunca tiveram dúvidas a esse respeito. Entre os anos 1990 e 1992 a percentagem de inquiridos no país que partilhava esta opinião superou os 80 por cento. Provavelmente não por coincidência, estes anos coincidiram com o início do maior afluxo de transferências comunitárias que permitiram uma evolução visível do país em diversas áreas. Desde 1993, a percentagem de portugueses que considera que o país beneficiou com a UE tem-se mantido mais ou menos estável na linha dos 70 por cento e nem a entrada em vigor da moeda única (que de resto teve uma aceitação bastante positiva entre os portugueses) parece alterar esta situação. Superam, actualmente, o optimismo português em relação aos benefícios que a UE traz aos respectivos países membros, o Luxemburgo (70 por cento), a Grécia (72 por cento) e a Irlanda (86 por cento). A média europeia tem apresentado, ao longo destes anos, valores sempre consideravelmente inferiores aos portugueses.

Embora com percentagens mais baixas, desde 1989 (ano em que iniciam os dados do gráfico 6) a maioria dos portugueses considera o facto de Portugal fazer parte da UE uma "coisa boa". Esta linha teve também um pico positivo entre 1990 e 91, atingindo os 80 por cento. Após este momento desceu aos 60 por cento até cerca de 1999, altura em que começou novamente a recuperar, tendo-se mantido a partir daí, com algumas oscilações, entre os 60 e os 70 por cento. Neste caso, a média europeia, embora igualmente mais reduzida do que a portuguesa, encontra-se mais próxima do que o que se tinha verificado em relação ao benefício, sendo que em alguns anos coincidiu.



**Apesar de, no geral, os cidadãos portugueses terem atitudes muito positivas em relação à UE, existem alguns grupos que exibem tendencialmente opiniões menos favoráveis.**

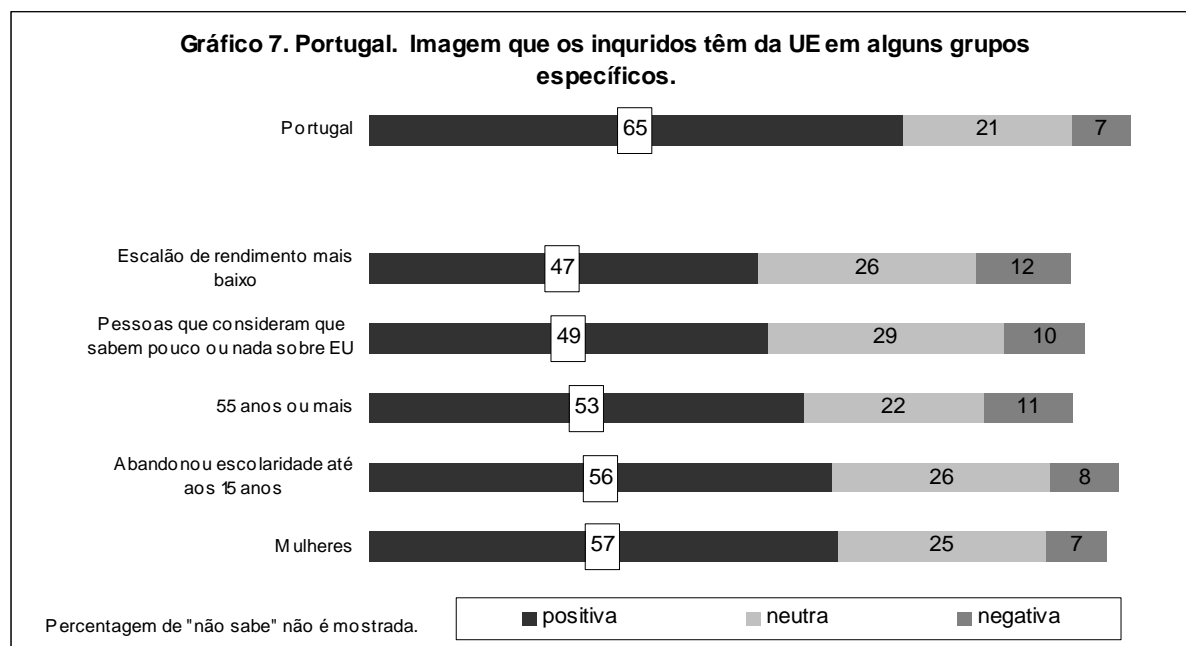
Em termos socio-demográficos, os grupos com uma imagem mais negativa da UE coincidem com os identificados anteriormente como tendo sobre ela um maior desconhecimento. Assim, as mulheres, as pessoas cujo rendimento é mais baixo, as menos escolarizadas e as mais idosas têm, tendencialmente, uma imagem mais negativa da União e do processo de integração.

Por outro lado, verifica-se também que **as pessoas que se sentem mais informadas sobre a UE têm tendencialmente uma imagem mais positiva**, do que as que dizem sentir-se mal ou muito mal informadas. Da análise do gráfico 7 depreende-se que a percentagem de pessoas que tem uma opinião positiva sobre a UE é mais baixa nos vários grupos considerados do que o que sucede com a totalidade dos portugueses.

Depois de efectuada uma análise multivariada, verifica-se que, de facto, a idade e o grau de conhecimento que os inquiridos têm sobre a UE produzem os mais fortes efeitos sobre a imagem que os inquiridos têm sobre a UE<sup>5</sup>. Esta última constatação vem reforçar a importância da estratégia de informação europeia: tudo parece apoiar a ideia de que, na medida em que contribua para diminuir o sentimento de desconhecimento em relação aos assuntos europeus que prevalece em importantes camadas da população, essa estratégia pode conduzir a uma avaliação mais positiva da mesma. Além destas variáveis, verificou-se também que o grau de confiança no governo nacional produz efeitos significativos na imagem

<sup>5</sup> Isto não significa que as restantes variáveis socio-demográficas não tenham também um impacto real sobre a imagem da UE, dado que há uma grande sobreposição entre os grupos socio-demográficos mais desfavorecidos e os que têm menor grau de conhecimento sobre a UE. Por outras palavras, baixos níveis de rendimento e de instrução e um sentimento de desconhecimento em relação à UE são, em grande medida e para todos os efeitos, um único composto de fenómenos socio-atitudinais.

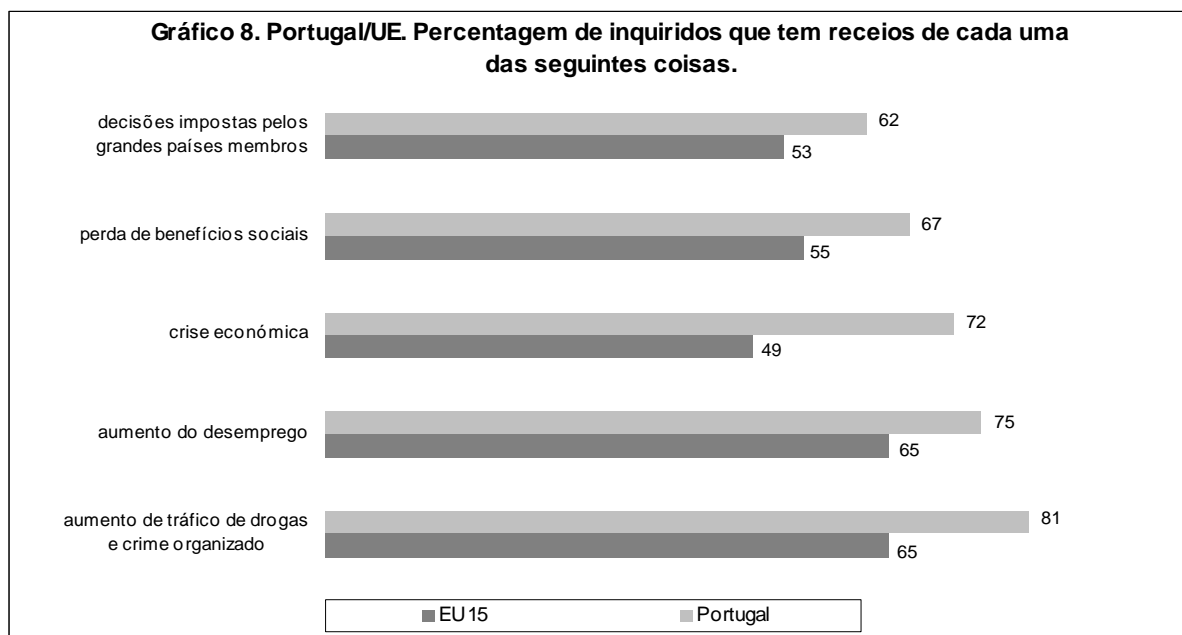
que as pessoas têm da União – as pessoas que tendem a não confiar no Governo Português, fazem, em geral, uma avaliação mais negativa da UE.



### 2.3 – Receios e Prioridades em relação à União Europeia

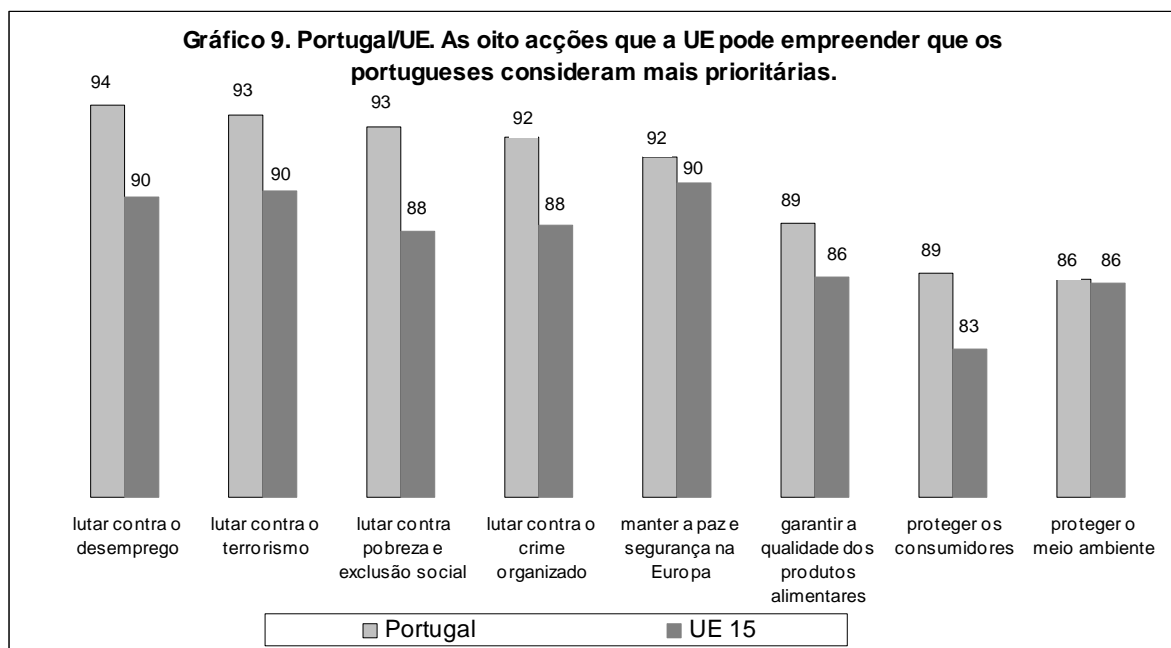
**A segurança física e económica constituem as principais preocupações dos portugueses, sendo simultaneamente os objectos preferenciais das medidas que os portugueses consideram mais prioritárias.**

Em quase todos os itens considerados, os portugueses encontram-se entre os cidadãos da UE que exibem mais receios em relação a potenciais evoluções sociais, políticas, económicas e geo-estratégicas na Europa, apresentando sempre percentagens superiores à média europeia – característica que já tinha sido detectada em eurobarómetros anteriores, nomeadamente no EB55. A principal preocupação dos portugueses (para 81 por cento deles) é actualmente o aumento do tráfico de drogas e do crime organizado, receio este não ultrapassa 65 por cento entre os cidadãos da UE. Portugal partilha esta preocupação com a Suécia (80 por cento) e a Finlândia (81 por cento). Também no EB55 tinha sido este o principal receio apontado pelos portugueses, embora, em 2001, a percentagem fosse 11 pontos inferior. Este aumento da preocupação com a segurança de 2001 para 2002 é proporcional ao sentido de um modo geral na UE.



Por outro lado, à semelhança do que sucede em França e na Grécia, 75 por cento dos portugueses preocupam-se com o aumento do desemprego. Portugal é também o país onde mais se receia uma crise económica, para 72 por cento dos portugueses. Em segundo lugar, encontram-se os franceses, embora com uma diferença muito acentuada em relação aos portugueses. Os portugueses voltam a demonstrar-se os mais receosos quando está em causa a perda dos benefícios sociais, com 67 por cento, imediatamente seguido da França e Alemanha. Comparando com os resultados do EB55, em todos estes itens, referentes a segurança económica, verifica-se um acentuar considerável do pessimismo português no último ano, a que não serão estranhas evoluções das conjunturas económicas nacional e internacional.

Quanto às prioridades de acção futura, a esmagadora maioria dos portugueses, 94 por cento, considera a luta contra o desemprego prioritária, valor ligeiramente superior à média europeia (90 por cento), e superado apenas pela França (com 95 por cento). Ao lado da Espanha, Grécia e Itália, 93 por cento dos portugueses consideram que a luta contra a pobreza e a exclusão social deve ser outra prioridade da UE. Quanto à segurança, 93 por cento dos portugueses considera prioritário lutar contra o terrorismo, 92 por cento tem opinião idêntica em relação à luta contra o crime organizado e a mesma percentagem considera prioritário manter a paz e a segurança na Europa. Estes valores são ligeiramente superiores à média europeia.



Embora não conste no gráfico, pois não está entre as oito acções que Portugal considera prioritárias, 70 por cento dos portugueses afirma que informar os cidadãos europeus, dando-lhes informação sobre a UE deve ser prioritário – valor ligeiramente superior à média europeia que é de 68 por cento.

### 3. O Alargamento da União Europeia

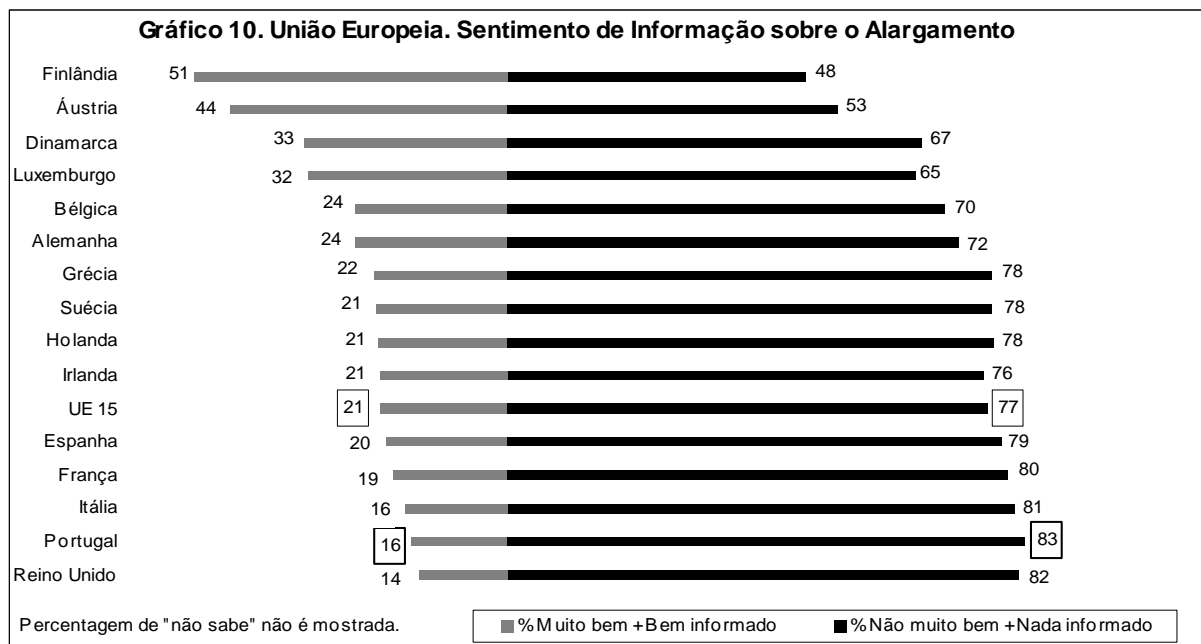
#### 3.1. Informação acerca do processo de alargamento

Neste Eurobarómetro, as perguntas que existem sobre informação acerca do processo de alargamento dizem respeito somente ao que os inquiridos sentem saber, não existindo nenhuma pergunta que meça objectivamente a informação que os Europeus de facto detêm sobre esta temática. Consequentemente, este sub-capítulo centra-se apenas na análise subjectiva do grau de informação dos portugueses sobre o alargamento da UE.

**A grande maioria dos portugueses sente-se “não muito bem” ou “nada” informada sobre o alargamento.**

83 por cento dos portugueses afirmam sentir-se “não muito bem” ou “nada” informados sobre o tema em causa, sendo que somente 16 por cento dizem estar bem ou muito bem informados. Observa-se uma ligeira melhoria em relação aos resultados do EB55, em que as mesmas percentagens eram respectivamente 85 e 14 por cento. Esta melhoria acompanha o que aparenta ser tendência geral da média da UE que, em relação às pessoas que se sentem “muito bem”+“bem” informadas, passou no último ano de 18 para 21 por cento. Contudo,

todas estas evoluções estão dentro da margem de erro amostral máxima, não se podendo portanto retirar conclusões categóricas a este respeito.



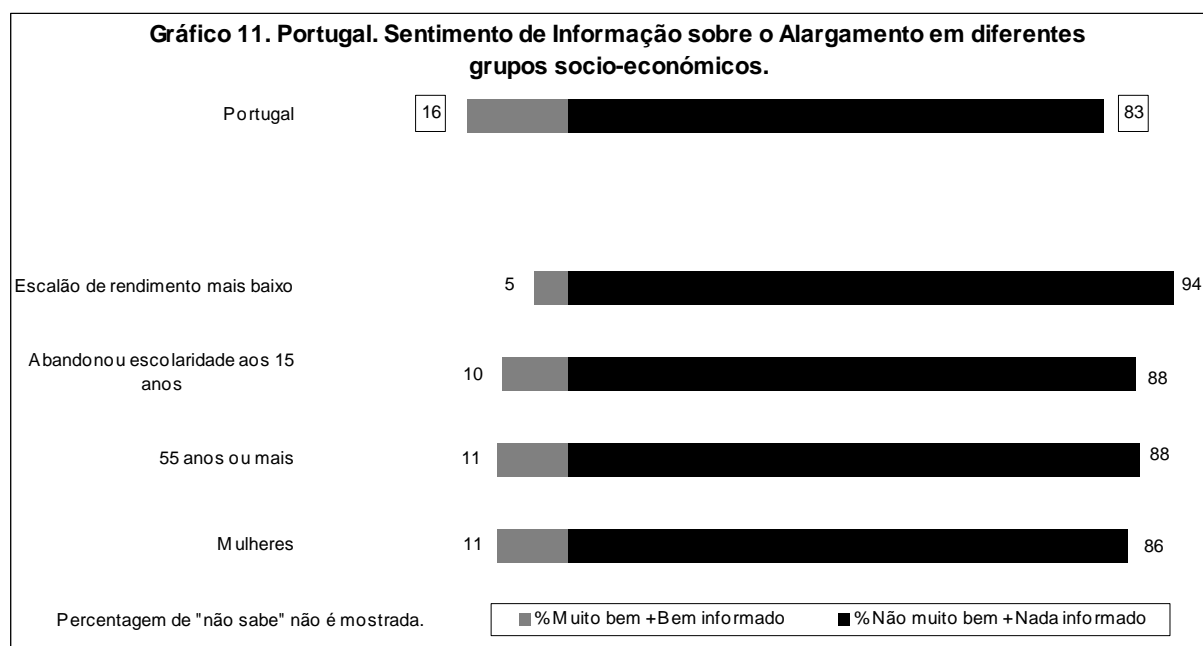
Apesar dessa possível discreta melhoria, o sentimento de falta de informação sobre o alargamento continua a atingir quase todos os países da União Europeia, onde, à excepção da Finlândia, a percentagem de pessoas que diz sentir-se pelo menos bem informada não atinge os 50 por cento. No entanto, Portugal, juntamente com a Itália, apresenta os segundos valores mais baixos a este respeito, só superados pelos britânicos – que se destacam invariavelmente por atitudes de maior desinteresse e/ou hostilidade em face da UE. Tanto a França como a Espanha apresentam também percentagens baixas, embora mais próximas da média europeia.

**Em Portugal, apesar da falta de conhecimento sobre o alargamento se estender a todas as camadas da população, atinge mais profundamente os grupos socio-económicos menos favorecidos**, como de resto já se tinha verificado em Eurobarómetros anteriores.

Sem grandes surpresas, verificou-se que **pessoas mais instruídas e cujo nível de vida é mais elevado afirmam sentir-se tendencialmente mais informadas sobre o alargamento**. Também com significância, mas no sentido oposto, detectou-se que **os portugueses com mais idade, bem como as mulheres, sentem saber menos sobre o mesmo tema**<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Esta análise é resultado de uma regressão.





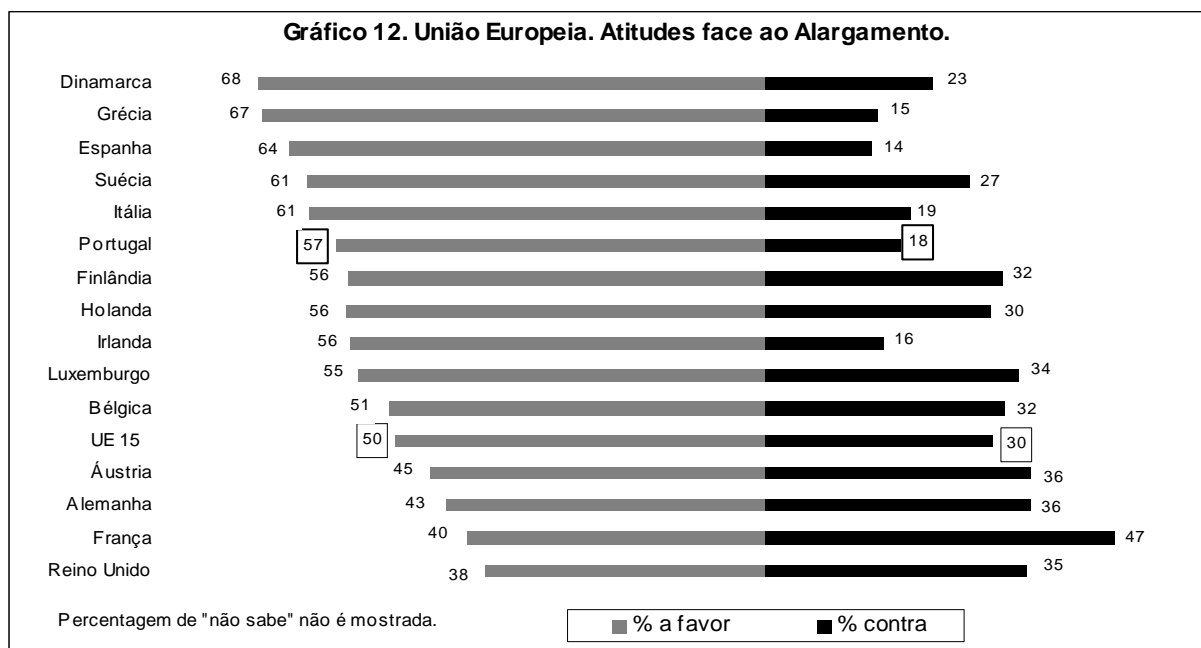
São bem visíveis, em cada um dos grupos considerados no gráfico 11, as percentagens abaixo do valor total do país para a categoria “muito bem” + “bem” informado e, consequentemente, as elevadas percentagens para a categoria oposta. Entre os vários grupos, o mais preocupante parece ser o das pessoas com escalão de rendimento mais baixo, onde a percentagem de pessoas que diz sentir-se “muito mal” ou “mal” informada ultrapassa os 90 por cento. É necessário ter em conta que muitos destes grupos se sobrepõem, ou seja, que muitas das pessoas com rendimento baixo são certamente também as que têm menos escolaridade.

### 3.2 – Atitudes em relação ao processo de alargamento

As atitudes em relação ao processo de alargamento serão analisadas segundo diversas perspectivas. Em primeiro lugar, pretende-se perceber se os portugueses são ou não favoráveis ao alargamento e entender que tipo de alargamento prefeririam. Em segundo lugar, analisam-se as expectativas dos inquiridos sobre as consequências políticas e económicas do alargamento, para a UE e para Portugal. Finalmente, averigua-se se os portugueses consideram que o alargamento deve ser uma acção prioritária da UE.

#### A maioria dos portugueses é a favor do alargamento.

57 por cento dos inquiridos portugueses afirmou ser a favor do alargamento, enquanto apenas 18 por cento se manifestaram contra. A atitude portuguesa é bastante mais positiva do que a média dos países da UE, principalmente no que diz respeito à percentagem de inquiridos contra o alargamento, que na média da UE atinge os 30 por cento.



Superam o grau de aceitação português, países como a Dinamarca, Grécia, Espanha, Suécia e Itália. À excepção do primeiro, os outros quatro já se tinham revelado bastante favoráveis ao alargamento, no EB55. De referir que entre os países mais a favor estão os receptores dos fundos de coesão. Este dado aparentemente paradoxal, já detectado em estudos anteriores, pode eventualmente ser entendido à luz das já mencionadas reduzidas bases cognitivas nas quais a generalidade dos europeus assenta as suas opiniões acerca do alargamento.

Apesar de, em geral, os portugueses serem bastante favoráveis ao alargamento, existem mais uma vez grupos na sociedade portuguesa cuja percentagem de concordância é inferior ao valor total do país. A análise que se segue visa perceber quem integra estes grupos. Tentou-se não centrar a análise apenas em características socio-demográficas (apesar de serem indispensáveis), mas alargá-la a algumas variáveis atitudinais, a saber, o grau de conhecimento que se sente ter sobre o alargamento e, introduzindo uma questão mais genérica, o facto de se dar ou não atenção à política<sup>7</sup>.

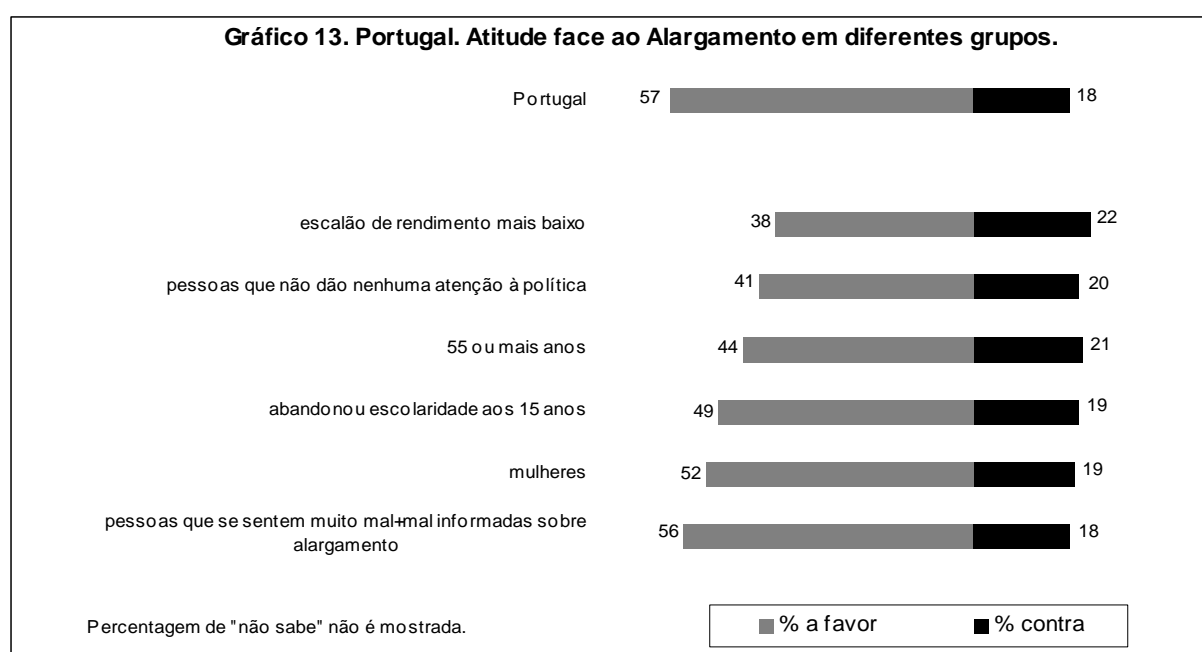
Verificou-se que, em termos atitudinais, **as pessoas que se interessam por política são tendencialmente mais favoráveis ao alargamento**. No mesmo sentido e igualmente significativa, constatou-se que **as pessoas que se sentem muito bem ou bem informadas sobre o alargamento são também tendencialmente mais concordantes**.

No que diz respeito às características socio-económicas, constatou-se que de todas as variáveis analisadas — género, idade, escolaridade e rendimento — só o género não apresenta valores de associação significativos. Isto é, apesar de na amostra haver uma ligeira tendência para as mulheres serem mais contra o alargamento do que os homens, não se podem daqui retirar conclusões para a população. Em contrapartida, como esperado, **as**

<sup>7</sup> A análise que se segue foi baseada no cálculo de coeficientes de associação.

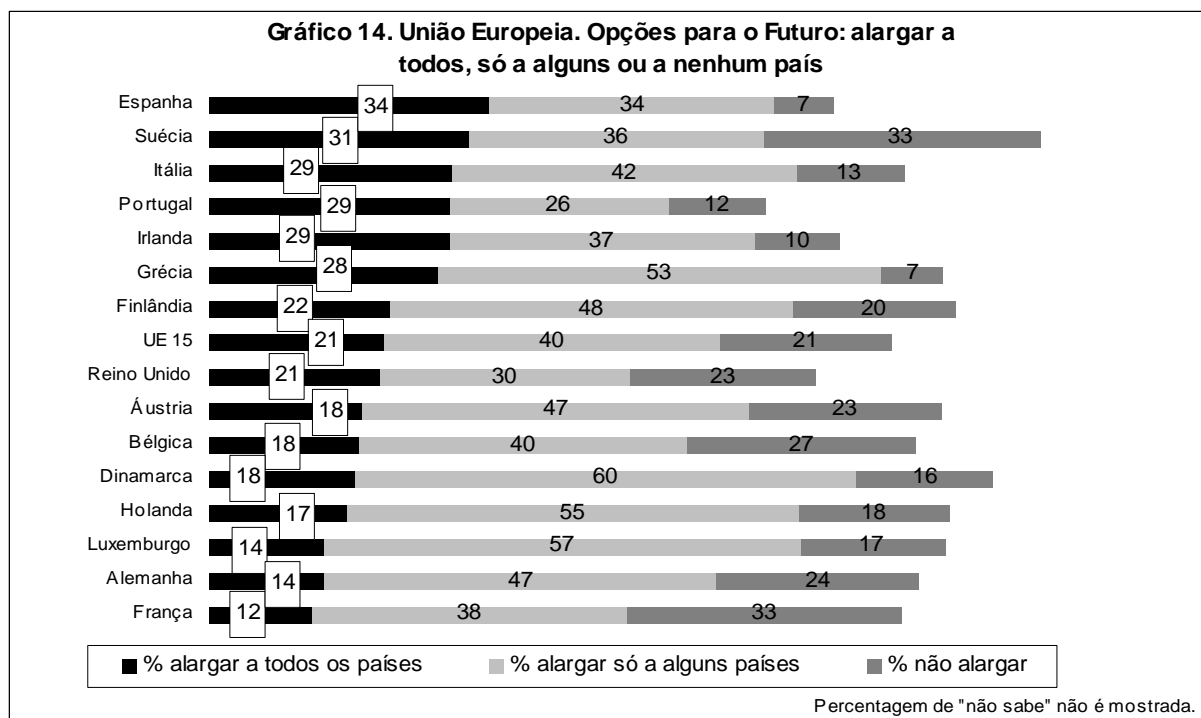
**peessoas mais escolarizadas e que auferem rendimentos mais elevados, bem como as mais novas, têm tendencialmente uma atitude mais favorável face ao alargamento.**

De facto, da análise do gráfico 13 depreende-se que, na amostra, todos os grupos representados revelam ser mais opositores ao alargamento do que o total do país. No entanto, quando foi efectuada uma análise multivariada, constatou-se que, **em relação ao facto de se ser a favor ou contra o alargamento, somente o interesse pela política e a idade apresentam efeitos isolados significativos.** Contudo, o elevado grau de associação entre as variáveis que medem o estatuto socio-económico e as variáveis atitudinais não permite excluir que as primeiras tenham também um efeito considerável em relação às opiniões sobre o alargamento.



De salientar, ainda a propósito do gráfico 13, a elevada percentagem de não respostas, o que vem reforçar o que já foi afirmado anteriormente – os portugueses em geral e estes grupos em particular dizem sentir-se mal informados sobre a UE, suas instituições e políticas, e nomeadamente sobre o processo de alargamento, o que gera uma falta de opinião e alheamento em relação ao tema.

Quando inquiridos sobre o tipo de alargamento que prefeririam, **os portugueses mantêm-se coerentes na sua posição positiva face ao alargamento, encontrando-se Portugal entre os primeiros países a favor do alargamento a todos os países candidatos**, com uma percentagem de 29 por cento. Esse valor é reforçado pelos 26 por cento dos portugueses que são favoráveis ao alargamento só a alguns países, sendo somente 12 por cento totalmente contra. Com estes valores Portugal assume-se consideravelmente mais favorável ao alargamento do que a média da UE, sobretudo no que diz respeito à percentagem de pessoas determinantemente contra, cuja média europeia (21 por cento) é quase o dobro da percentagem portuguesa (12 por cento).



Apesar disso, comparativamente com os resultados do EB55, os portugueses tornaram-se ligeiramente menos favoráveis, já que há um ano Portugal era o país europeu em que se registava a maior percentagem (41 por cento) a favor do alargamento a todos os países, o dobro da média então registada para a UE (21 por cento, tal como agora).

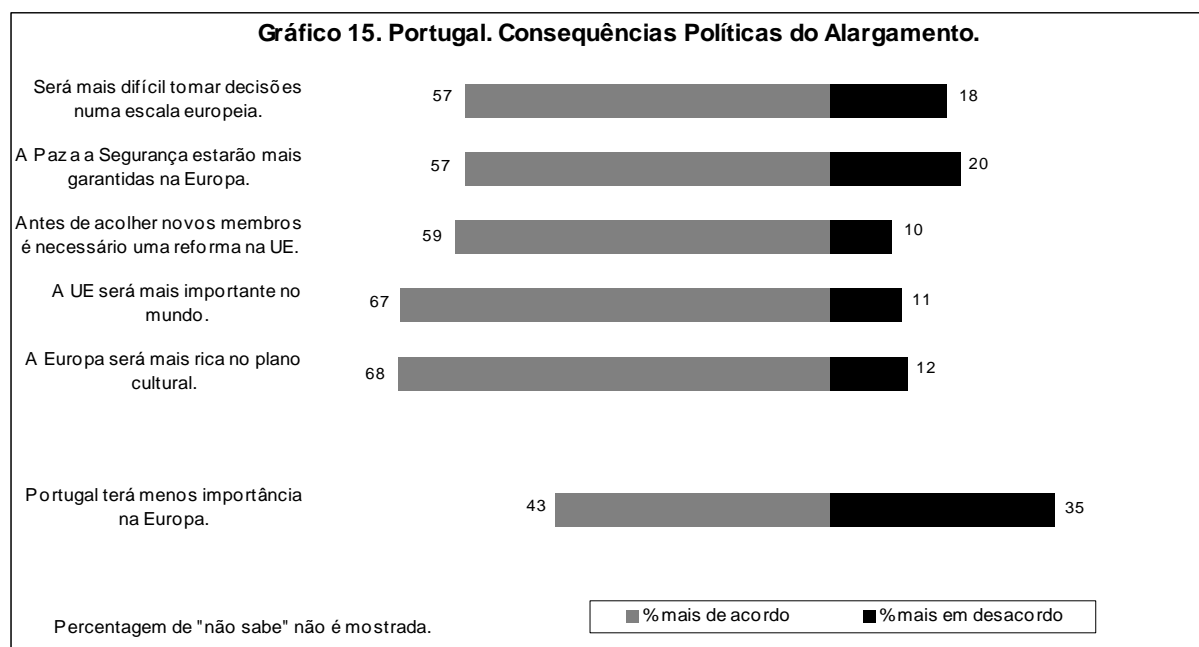
O optimismo é agora liderado pela Espanha e pela Itália, já que os suecos, embora ocupando a segunda posição do gráfico 14, estão divididos em matéria de alargamento, apresentando uma percentagem muito semelhante nas três hipóteses de resposta possíveis. Além disso, têm um número de “não respostas” comparativamente ao dos outros países muito inferior, o que dificulta a análise.

Uma das perguntas do EB57 pedia directamente aos inquiridos que se pronunciassem favoravelmente ou contra a entrada para a UE de cada um dos 13 países que são neste momento candidatos. De salientar o elevado número de “não respostas” dos inquiridos portugueses a estas perguntas, que variou entre os 32 e os 36 por cento, enquanto a média europeia não superou os 25 por cento.

A percentagem de portugueses concordantes com a adesão de cada um dos treze países nunca atinge os 50 por cento. A Polónia é o país com cuja adesão Portugal mais concorda, com 46 por cento de percentagem a favor. Segue-se, por ordem decrescente de simpatia portuguesa, a Hungria (com 44 por cento de aceitação), Malta, República Checa e Turquia (com 42 por cento). Verifica-se que a variação percentual de concordância à adesão dos vários países é bastante pequena, já que a Letónia - país cuja adesão Portugal menos deseja – apresenta um valor percentual na ordem dos 36 por cento.

## A maioria dos portugueses é optimista quanto às consequências políticas do Alargamento.

As duas consequências políticas do alargamento que gozam de maior consenso em Portugal são “A Europa será mais rica no plano cultural” e “A UE será mais importante no mundo”, com 68 e 67 por cento, respectivamente. Uma das questões centrais da actualidade europeia e mundial é a questão da segurança, sendo por isso importante referir que uma percentagem considerável de inquiridos portugueses (57 por cento) diz que depois do alargamento “a paz e a segurança estarão mais garantidas na Europa”. Por outro lado, os portugueses estão divididos quanto à preocupação com a diminuição da importância de Portugal na Europa, já que 43 por cento mencionou essa consequência como provável, enquanto 35 por cento discorda.



**Comparativamente com os restantes países membros, Portugal mantém, na maioria dos itens analisados no gráfico 15, uma atitude mais optimista.** Curiosamente, a única consequência em que os portugueses se revelam mais apreensivos do que a média europeia diz respeito directamente a Portugal e não à UE – “com o alargamento Portugal terá menos importância na Europa”. Enquanto a média europeia para a percentagem de concordância com esta afirmação é de 39 por cento, em Portugal é de 43 por cento. Noutros países da nossa área geo-cultural, como a Itália, Espanha e Grécia as mesmas percentagens variam entre os 23 e os 35 por cento de concordância com este tópico, situando-se portanto consideravelmente abaixo da média europeia.

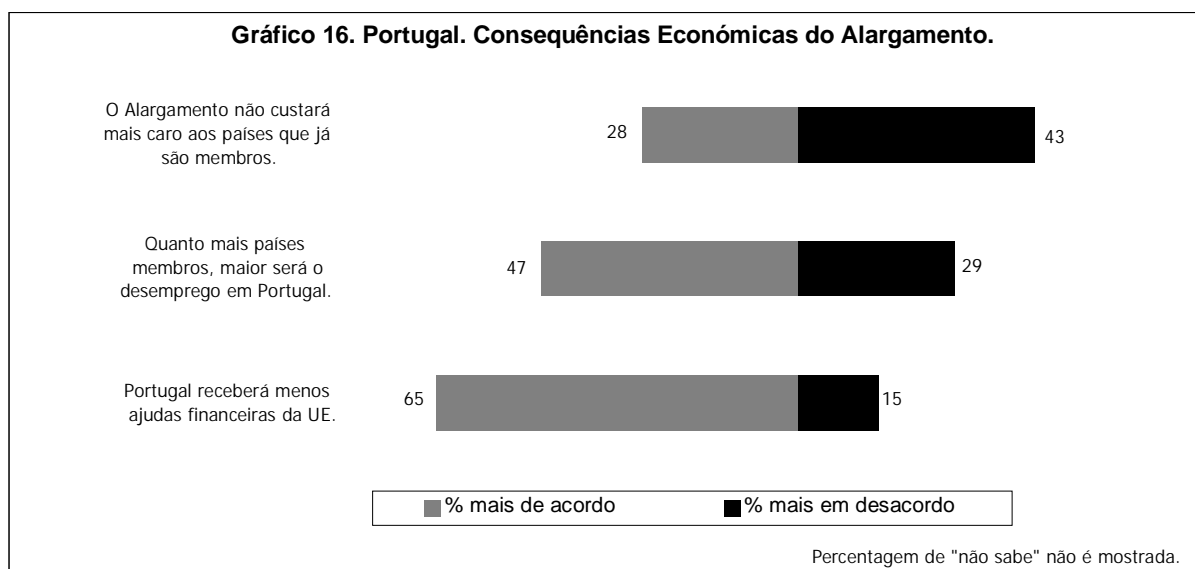
Em todas as outras questões, Portugal destaca-se por valores superiores à média da totalidade dos países membros. De salientar, em relação ao tópico referente à paz e à segurança, que Portugal, logo depois da Grécia, é o país que menos discorda da afirmação: “após o alargamento a paz e a segurança estarão mais garantidas na Europa”, com uma diferença

percentual de cerca de 11 por cento, em relação à média europeia. Uma vez mais imediatamente depois da Grécia, Portugal é o país menos preocupado com a dificuldade em tomar decisões numa escala europeia, depois de consumado o alargamento.

Dentro da sociedade portuguesa, algumas características socio-demográficas explicam a atitude face a cada uma das consequências políticas do alargamento<sup>8</sup>. Em questões como a importância de Portugal na Europa e a dificuldade em tomar decisões a nível europeu o efeito da escolaridade é o único significativo – as pessoas mais escolarizadas têm tendência a discordar destas consequências. O alto rendimento parece ser determinante para se concordar com as seguintes consequências: “quantos mais países forem membros da UE, mais importante ela será no mundo” e “com mais países membros, a Europa será mais rica no plano cultural”. Por sua vez as mulheres são as que menos concordam com a ideia de que quantos mais países forem membros da UE, mais a paz e segurança estarão garantidas na Europa.

Será que o optimismo português se mantém quando tidas em conta as consequências económicas do alargamento? Como já se tinha verificado no EB55, de facto ele diminui: **os portugueses estão mais seguros das consequências políticas positivas do alargamento do que das económicas.**

65 por cento dos inquiridos em Portugal concorda com a afirmação “Portugal receberá menos ajudas financeiras”, contra apenas 15 por cento que discorda. No mesmo sentido, embora apresentando percentagens inferiores, 43 por cento dos portugueses defendem que o alargamento custará mais caro aos países já membros, enquanto 28 por cento tem opinião contrária. O aumento do desemprego parece preocupar igualmente quase metade dos inquiridos portugueses.



<sup>8</sup> Esta análise baseia-se no resultado de regressões.

**Quanto às consequências económicas do alargamento, Portugal é, globalmente, mais pessimista do que a média europeia**, não deixando contudo de ter uma atitude positiva, quase benevolente, para com os países candidatos. De facto, Portugal, depois da Grécia, apresenta a percentagem mais alta de concordância com a afirmação “A UE devia ajudar financeiramente os futuros países membros mesmo antes da sua adesão”, 17 pontos percentuais acima da média da UE. Portugal revela-se ainda ligeiramente optimista, comparativamente com o resto da UE, quando está em causa se o alargamento custará mais caro aos países já membros, já que os portugueses apresentam uma percentagem de desacordo com a afirmação de 51 por cento.

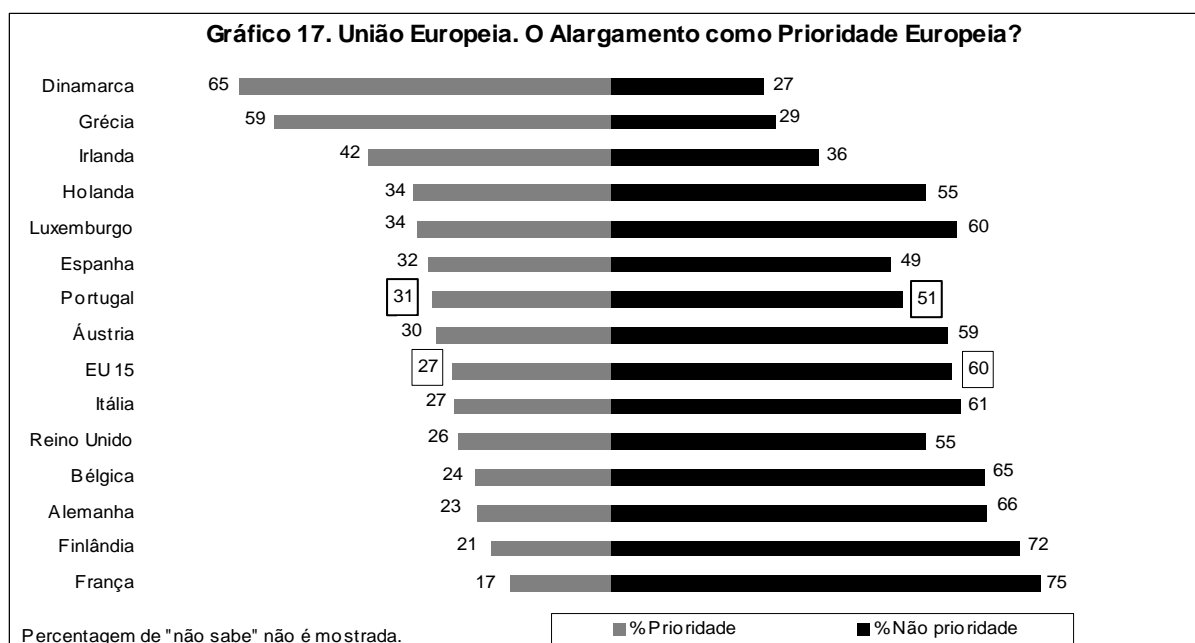
No entanto, quando se encontram em debate as desvantagens financeiras directas e objectivas que do alargamento podem advir para o país, os portugueses mudam de posição. Enquanto 41 por cento dos cidadãos da UE estão preocupados com o aumento do desemprego, em Portugal esse valor atinge os 47 por cento. Da mesma maneira, e ainda mais marcante, a média europeia de concordância com a diminuição das ajudas financeiras para os actuais países membros (para o país do inquirido) é de 49 por cento, enquanto em Portugal, como se viu no gráfico 16, atinge os 65 por cento. Curiosamente, a Finlândia e a Suécia, para esta questão, apresentam percentagens ainda mais elevadas do que a portuguesa.

Em termos longitudinais, a diminuição da ajuda financeira a Portugal, com a entrada de novos países, tem vindo a ganhar relevância, ao longo do tempo. Em Dezembro de 1997, esta questão apresentava valores próximos dos 50 por cento de concordância, quer para Portugal, quer para a média europeia. Desde então, a média europeia tem-se mantido estável, enquanto que a percentagem portuguesa é cada vez mais elevada.

Finalmente, para terminar o capítulo do alargamento, importa analisar se o alargamento é considerado uma prioridade pelos inquiridos, entre as diversas acções que a UE pode levar a cabo.

### **A maioria dos portugueses não considera que o alargamento seja prioritário.**

51 por cento dos portugueses afirma que o alargamento não é prioritário, enquanto apenas 31 por cento defende uma posição oposta. Estes valores revelam-se ainda mais baixos se comparados com os do gráfico 9 do capítulo 2.3, onde se apresentam as questões que os portugueses consideram que deveriam ser prioritárias na UE. De facto, mais de 90 por cento dos portugueses considera prioritárias questões como a luta contra o desemprego, o terrorismo, a pobreza e a exclusão social.



No entanto, quando contextualizados no panorama europeu, verifica-se que, à excepção dos dinamarqueses e gregos que em mais de 50 por cento consideram o alargamento uma prioridade, todos os outros países membros parecem discordar dessa opinião.

## 4. Portugal e o Futuro da União Europeia

### 4.1. Informação acerca do Futuro da União Europeia

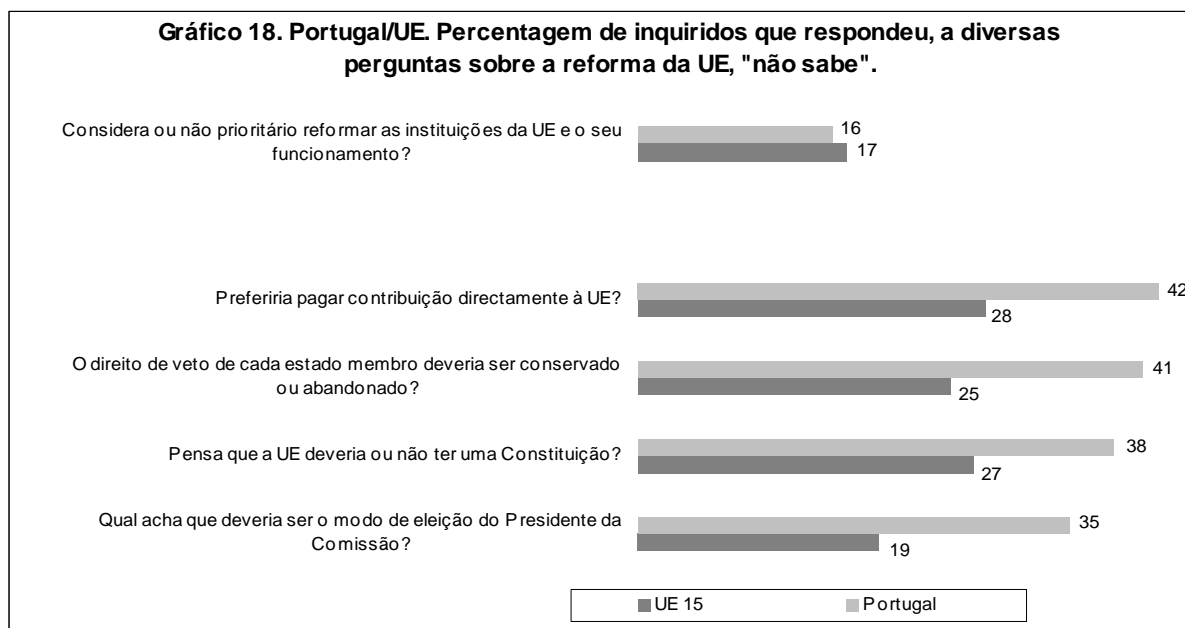
No EB57 não foi feita nenhuma pergunta para avaliar o grau de conhecimento dos inquiridos sobre o futuro da União Europeia, mais precisamente sobre a Reforma Institucional da UE. Para contornar esta questão, optou-se por ter em conta a percentagem de não respostas a diversas perguntas sobre este tema, partindo do pressuposto de que ela corresponde à percentagem de pessoas que tem menos informação sobre as questões em causa, não sendo por isso capazes de se pronunciar.

#### Uma grande percentagem de portugueses não responde a perguntas específicas sobre a Reforma da UE.

Em média<sup>9</sup>, 39 por cento dos portugueses respondem “não sabe” a quatro perguntas sobre a Reforma da UE, enquanto a média da UE correspondente é de 25 por cento.

<sup>9</sup> Esta média foi calculada a partir das respostas “não sabe” às quatro últimas perguntas do gráfico 18, isto é, para este cálculo não se teve em conta a primeira pergunta “Considera ou não prioritário refomar as instituições da UE e o seu funcionamento?”, por ser de um cariz ligeiramente diferente.





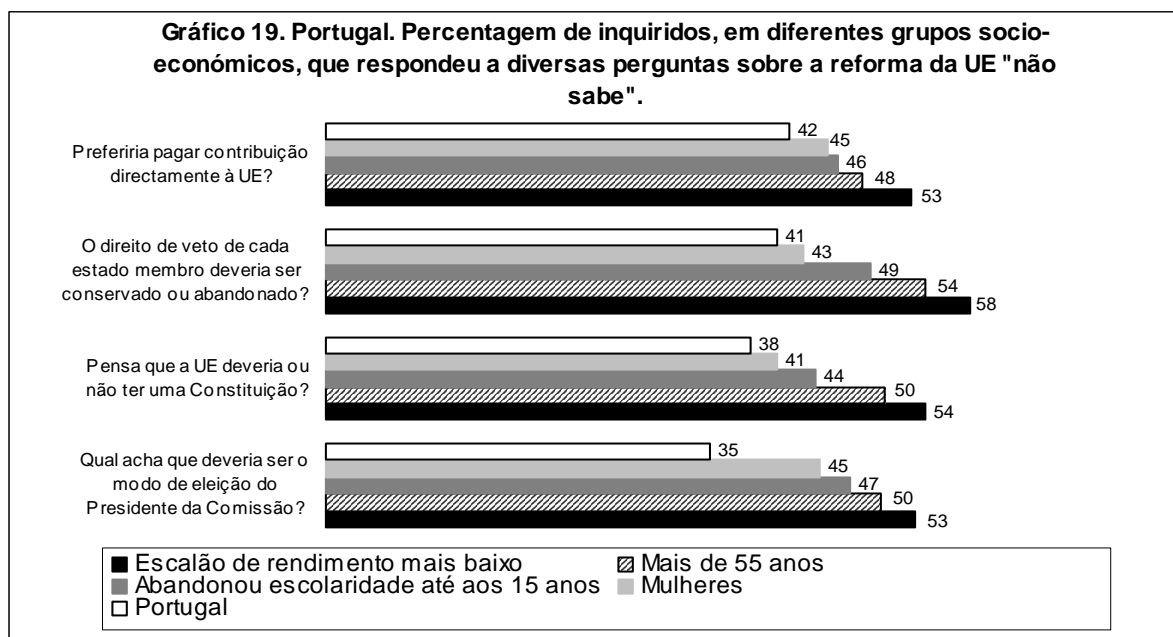
O caso mais significativo verifica-se quando é perguntado aos inquiridos se, em vez de cada Estado Membro reverter uma parte das suas receitas fiscais para a UE, prefeririam pagar essa contribuição directamente à UE. Verifica-se que 42 por cento dos portugueses não têm opinião formada sobre esta questão. Com este valor Portugal é o país cujos residentes menos responderam a esta pergunta, seguido da Espanha, embora com menos 10 pontos percentuais de repostas para a mesma categoria.

41 por cento dos inquiridos em Portugal não sabe se o direito de veto, que actualmente cada Estado Membro possui para as decisões mais importantes e sensíveis, deveria ser abandonado ou conservado, enquanto apenas 25 por cento da média dos países membros parece sentir a mesma dificuldade. Também neste caso Portugal lidera a percentagem de não repostas, seguido mais uma vez da Espanha com 39 por cento. O Reino Unido apresenta neste, como noutros casos, uma elevada percentagem de não respostas – 34 por cento.

Com 35 por cento de não respostas, os portugueses são ainda os cidadãos da UE que menos sabem como prefeririam que fosse nomeado o Presidente da Comissão Europeia. O Reino Unido, com 28 por cento de não respostas, toma o segundo lugar, seguido da Espanha e Irlanda, com 27 e 26 por cento, respectivamente. No entanto, Portugal assume uma percentagem de não respostas praticamente idêntica à média da UE, em resposta à pergunta se considera que a Reforma deve constituir uma prioridade dentro das diversas acções que a UE pode empreender. 16 por cento dos portugueses respondem “não sabe”, enquanto a média europeia apresenta um ponto percentual a mais. Estes resultados parecem evidenciar que o desconhecimento dos portugueses recai de forma mais nítida sobre as medidas específicas que a Reforma implica do que sobre a Reforma em si.

Verificou-se em capítulos anteriores que existem, dentro da sociedade portuguesa, alguns grupos sócio-económicos tendencialmente mais mal informados sobre a UE. No gráfico 19

pode observar-se a percentagem de respostas “não sabe” em cada uma das perguntas em análise, para o total do país e para cada um dos quatro grupos considerados. Verifica-se, também aqui, que nos últimos o seu número é invariavelmente superior.



De destacar a pergunta relativa ao modo de eleição do Presidente da Comissão Europeia, em que a diferença entre a percentagem de não respostas para o total do país e para cada um dos grupos socio-económicos em causa é maior. De facto, a análise multivariada<sup>10</sup> demonstra que todas as variáveis socio-demográficas em causa influenciam estatisticamente, e no sentido esperado, o facto de se responder “não sabe” a esta pergunta. Análises idênticas mostram que a única característica socio-demográfica que influencia o mesmo fenómeno, nas restantes 3 perguntas, é o rendimento. Por outro lado, prova-se que a idade não produz em nenhuma delas efeitos significativos. Finalmente, a escolaridade só não influencia as não respostas na questão relativa ao pagamento da contribuição, tendo um peso estatisticamente significativa nas outras duas.

## 4.2. Competências Políticas dos Estados e da União Europeia

No EB57 foi pedido aos inquiridos que dissessem se consideram que as decisões, numa lista variada de áreas, deveriam ser tomadas somente pelo governo nacional ou em conjunto com a UE.

**Os portugueses consideram que a maioria das decisões devem ser tomadas em conjunto com a UE.**

Para esta pergunta foram propostas, no questionário, 27 áreas. Em 15 delas, mais de metade dos inquiridos portugueses afirmou preferir que as decisões fossem tomadas em conjunto

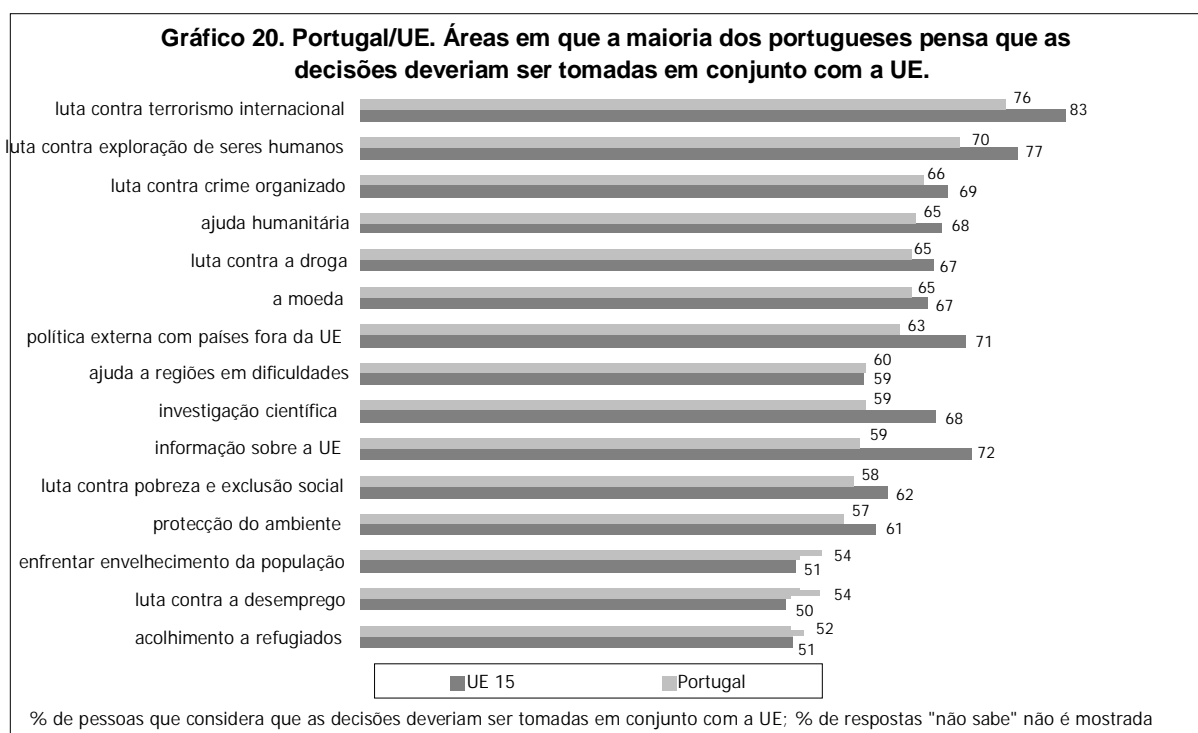
<sup>10</sup> Trata-se também aqui de regressões.

com a UE – gráfico 20. Somente em 4 das 27 áreas é que a maioria dos portugueses considera que as decisões dizem respeito apenas ao Estado Português – gráfico 21. No que concerne às restantes 8 áreas, o país encontra-se dividido, não pendendo a maioria dos portugueses para nenhuma das duas opções.

**As áreas da segurança e dos direitos humanos são as que mais portugueses consideram que devem ser partilhadas com a UE.**

76 por cento dos portugueses são da opinião de que o governo sozinho não resolve a luta contra o terrorismo internacional. 70 por cento tem a mesma opinião em relação à luta contra o tráfico e a exploração de seres humanos. O conjunto dos cidadãos da UE parece estar de acordo com os portugueses, sendo também estas as áreas em que a média europeia dos que concordam com a partilha das decisões com a UE é maior, com 83 e 77 por cento, respectivamente. De salientar que Portugal, depois do Reino Unido, é apesar disso o país cuja percentagem de pessoas que concordam com a partilha com a UE é menor.

A média europeia é igualmente alta, apresentando valores acima dos 70 por cento, na concordância de cooperação com a UE em áreas como: a informação sobre a União e a política externa/estrangeira com os países fora da UE. Áreas essas que os portugueses, apesar de maioritariamente concordarem com essa opinião, apresentam percentagens mais baixas - 59 e 63 por cento, respectivamente. Contudo, apesar de parecer que os portugueses são menos adeptos de uma partilha de responsabilidades entre instituições nacionais e comunitárias do que a média da UE, importa não esquecer o já mencionado peso das não respostas no caso português em comparação com a maioria dos restantes países, o que dificulta este tipo de comparações.



Apesar de tudo, vale a pena salientar que **os portugueses, em grande parte, preferem partilhar com a UE as decisões em áreas que consideram prioritárias.** Das oito áreas de actuação que os portugueses consideram mais prioritárias (gráfico 9, capítulo 2.3), cinco coincidem com áreas em que a maioria concorda com a partilha das decisões com a UE. A saber, por ordem decrescente de prioridade, a luta contra o desemprego, contra o terrorismo, contra a pobreza e a exclusão social e contra o crime organizado, bem como a protecção do ambiente<sup>11</sup>.

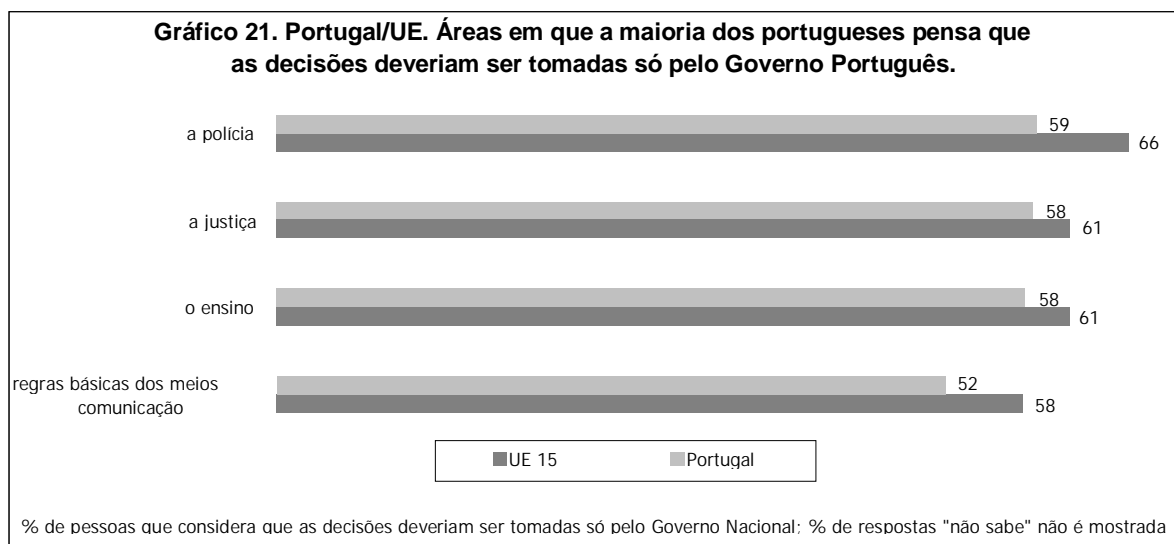
No que diz respeito à luta contra o desemprego, os cidadãos da maioria dos países membros encontram-se divididos entre a atribuição de competência ao Governo e à UE, o que se reflecte na média da UE (50 por cento), de que Portugal se afasta ligeiramente (54 por cento). Apresentam valores superiores a 60 por cento de concordância com a partilha das decisões com a UE na luta contra o desemprego os países do sul da Europa: Grécia, Espanha e Itália. É curioso verificar que na protecção do ambiente são alguns países do norte da Europa (Áustria, Finlândia, Suécia) que se destacam maioritariamente como defensores da tomada de decisões pelo Governo, em vez de partilhadas com a UE, o que está certamente relacionado com o facto de terem melhores políticas ambientais nos seus países do que se verifica no resto da União.

**Na polícia, justiça, ensino e meios de comunicação a maioria dos portugueses prefere não ter a interferência da UE.**

São estas as quatro áreas em que mais de metade dos portugueses considera que devem ficar somente a cargo do Governo português – gráfico 21. 59 por cento dos portugueses são de opinião que a polícia deve ser da responsabilidade exclusiva do Governo. 58 por cento têm a mesma opinião em relação à justiça e ao ensino, e 52 por cento quanto às regras básicas em matéria de rádio, televisão e imprensa. A totalidade dos cidadãos da UE parece partilhar a mesma opinião, embora com mais intensidade, rondando as médias da UE para estas áreas os 60 por cento.

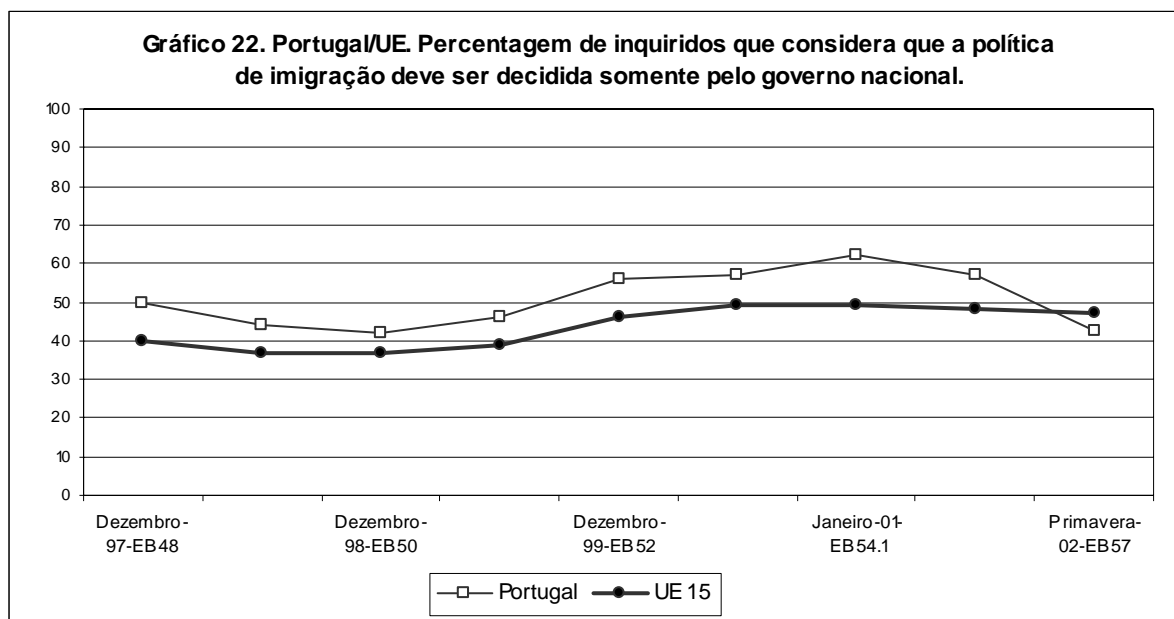
---

<sup>11</sup> Em relação às outras três acções que os portugueses consideram prioritárias (gráfico 9, capítulo 2.3), a saber “manter a paz e a segurança na Europa”, “garantir a qualidade dos produtos alimentares” e “proteger os consumidores”, não foi pedido aos inquiridos que se pronunciassem sobre quem deveria tomar as decisões, isto é, não faziam parte das 27 áreas já referidas.



Fazendo uma análise dos restantes países membros, comprova-se que, em geral, a maioria dos cidadãos de cada país considera que as áreas representadas no gráfico 21 devem dizer respeito somente a cada país. Distingue-se desta opinião a Espanha que, nas quatro áreas consideradas, ou está dividida entre atribuir a exclusividade da responsabilidade ao Governo e partilhá-la com a UE, ou, como é o caso da justiça, a maioria dos espanhóis não hesita em atribuí-la à UE. A maioria dos italianos tem opinião diferente da portuguesa e da média europeia no que diz respeito ao ensino, preferindo partilhar as decisões com a UE. É nas regras dos meios de comunicação que a controvérsia é mais visível, estando os já referidos espanhóis, italianos, irlandeses e finlandeses divididos a este respeito.

A imigração é actualmente uma área de particular relevância. É muito interessante constatar que, entre o ano de 2001 e 2002, se tenha verificado em Portugal uma diminuição acentuada da percentagem de pessoas que considera que a política de imigração deve ser totalmente da responsabilidade do Governo, apresentando, pela primeira vez em muitos anos, uma percentagem inferior à média da UE. O facto de ser mais eficaz, nomeadamente no combate ao crime internacional, que a política de imigração seja decidida em conjunto com a União é uma das ideias chave que a Estratégia de Informação da UE pretende divulgar. É portanto relevante que os portugueses pareçam já estar sensibilizados para esta realidade.



Esta tendência portuguesa para desejar partilhar as decisões com a UE, nomeadamente em áreas consideradas prioritárias, e não deixá-las somente a cargo do Governo Nacional, está perfeitamente de acordo com o que foi constatado no capítulo 2.3.2, a propósito da Confiança nas Instituições. De facto, como se viu anteriormente, **Portugal tende a confiar mais na UE do que no Governo Nacional**: enquanto a primeira merece 66 por cento da confiança dos portugueses, o segundo não ultrapassa os 44 por cento.

Embora não se tenha verificado a existência de uma associação significativa entre ter confiança no Governo e atribuir-lhe mais competências exclusivas, verificou-se que, para a esmagadora maioria das áreas, **as pessoas que mais confiam na UE são também as que mais afirmam que as decisões devem ser partilhadas**<sup>12</sup>. Na mesma análise, detectou-se também que o posicionamento ideológico dos inquiridos mais à direita conduz a uma preferência por deixar as decisões somente a cargo do Governo Nacional, contudo esta relação verificou-se somente em três dos itens em causa, a saber a ajuda humanitária, a luta contra o crime organizado e enfrentar os desafios impostos pelo envelhecimento da população. Finalmente, o rendimento, o sexo e a idade têm nesta questão muito pouca influência.

### 4.3. Reforma Institucional da União Europeia

A análise da atitude dos portugueses face à Reforma será feita sob diversas perspectivas. Em primeiro lugar, pretende-se averiguar se os portugueses consideram que ela deve constituir uma prioridade dentro da agenda da UE. Em segundo lugar, tenta-se perceber, dentro das várias medidas que a compõem, com quais estão os portugueses tendencialmente mais de

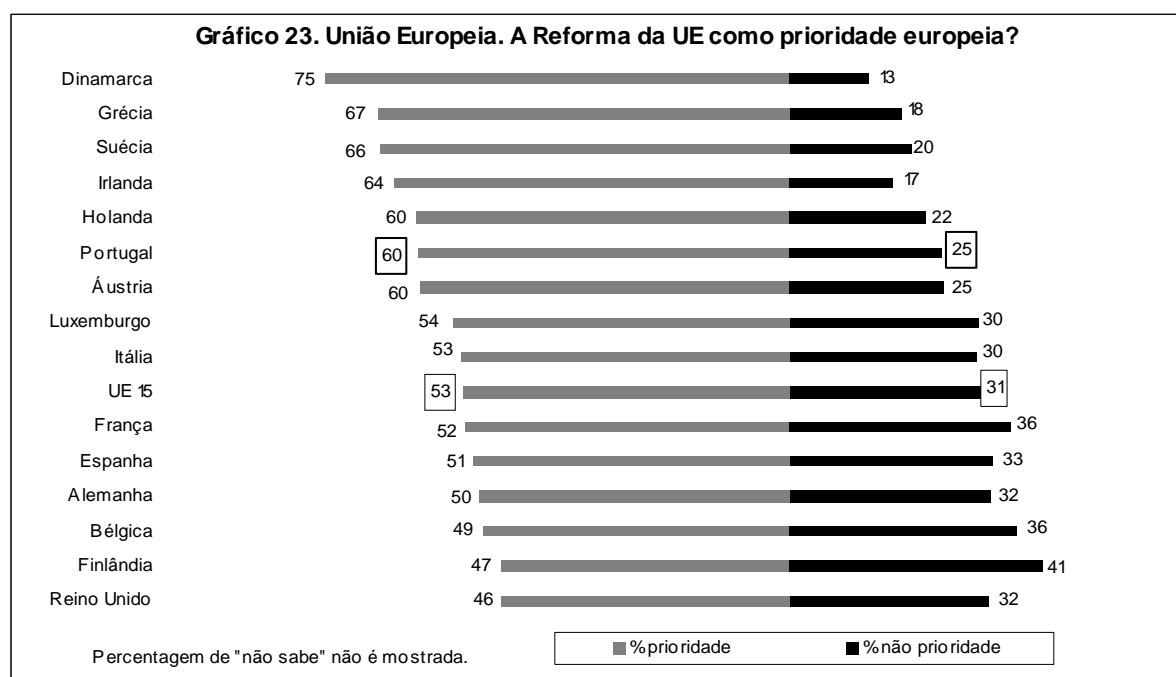
<sup>12</sup> Efectuou-se uma regressão, onde se testou a influência de diversas características socio-demográficas e atitudinais na distribuição que as pessoas fazem das competências. No texto referem-se apenas os resultados estatisticamente significativos.

acordo. Finalmente, pretende-se averiguar, dentro da sociedade portuguesa, quem são as pessoas contra e a favor da Reforma.

### Mais de metade dos portugueses considera a Reforma da UE uma prioridade.

60 por cento dos portugueses consideram que reformar as instituições da UE e a maneira como funcionam é uma prioridade - percentagem praticamente idêntica à verificada no capítulo 3.2, a propósito das consequências políticas do Alargamento – gráfico 15 (capítulo 3.2), tendo 59 por cento dos portugueses dito estar mais de acordo do que em desacordo com a frase “Antes de acolher novos membros é necessário uma reforma na UE”. Esta constatação não deixa de ser de certo modo paradoxal, se tidas em conta as elevadas percentagens de não respostas às perguntas sobre as medidas reformistas. Tudo leva a crer que os portugueses, apesar de não estarem muito informados sobre a UE, tenham consciência de que ela é necessária.

Em comparação com a média da UE, os portugueses revelam-se mais favoráveis à Reforma, pois da média dos cidadãos da UE apenas 53 por cento considera a Reforma prioritária, enquanto 30 por cento discordam (em Portugal este último valor é de 25 por cento). A Dinamarca lidera o apoio à Reforma, seguida da Grécia e Suécia. Portugal, ocupando a sexta posição, mantém-se entre os países mais favoráveis à Reforma<sup>13</sup>. O Reino Unido e a Finlândia encontram-se entre os mais opositores.



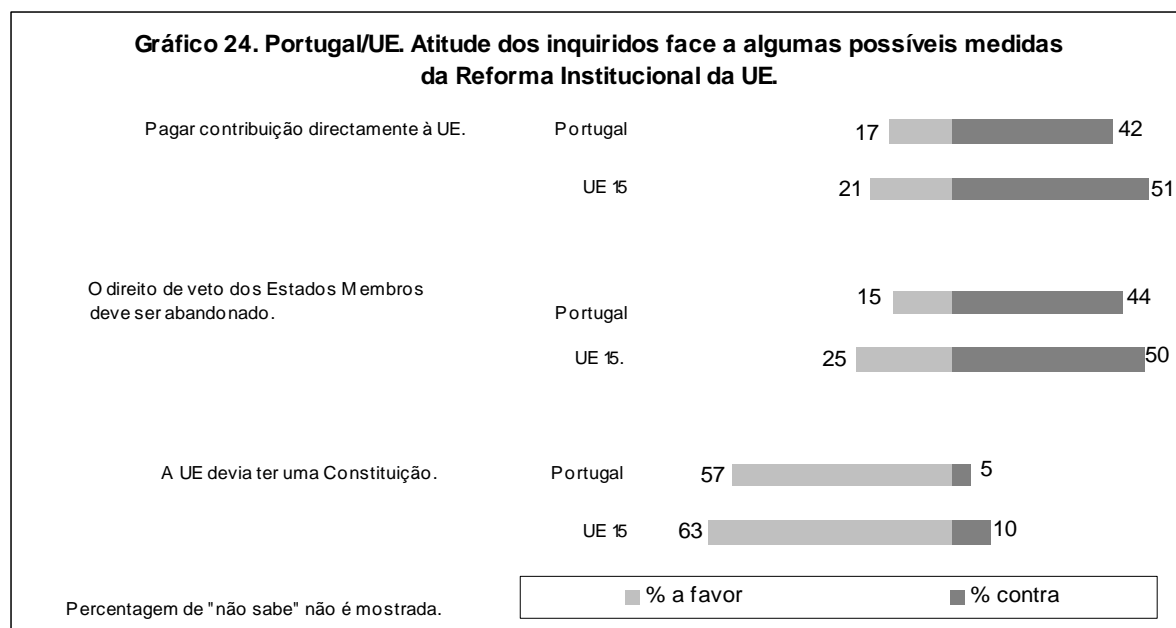
Veja-se agora a atitude de dos portugueses face a algumas áreas que muito provavelmente serão objecto de Reforma Institucional. Das três propostas de Reforma apresentadas no

<sup>13</sup> Comparativamente com outras acções, que mais de 90 por cento dos portugueses consideram prioritárias (ver gráfico 9, capítulo 2.3), a Reforma parece ser, passe o pleonismo, uma prioridade pouco prioritária.

gráfico 24, a elaboração de uma Constituição é a única que conta com a concordância maioritária dos portugueses (57 por cento), somente 5 por cento se opondo a esta medida.

Os portugueses estão contudo mais reticentes em relação à reforma que pressupõe o pagamento da contribuição fiscal directamente à UE, em vez dos Estados Membros continuarem a reverter uma parte das suas receitas fiscais. Apenas 17 por cento é a favor desta medida, enquanto 42 por cento são contra. Com valores percentuais praticamente idênticos, 15 a favor e 44 contra, os portugueses parecem também pouco concordantes com a medida que pretende abandonar o direito de veto que cada Estado Membro possui actualmente, mostrando-se mais preocupados em preservar os interesses nacionais.

Mais uma vez, importa assinalar que a elevada percentagem de não respostas a estas perguntas (gráfico 18, capítulo 4.1), por parte dos portugueses, dificulta a comparação com a média europeia. O facto de, como se observa no gráfico 24, Portugal apresentar percentagens invariavelmente inferiores à UE em todas as categorias resulta em parte destas não respostas.

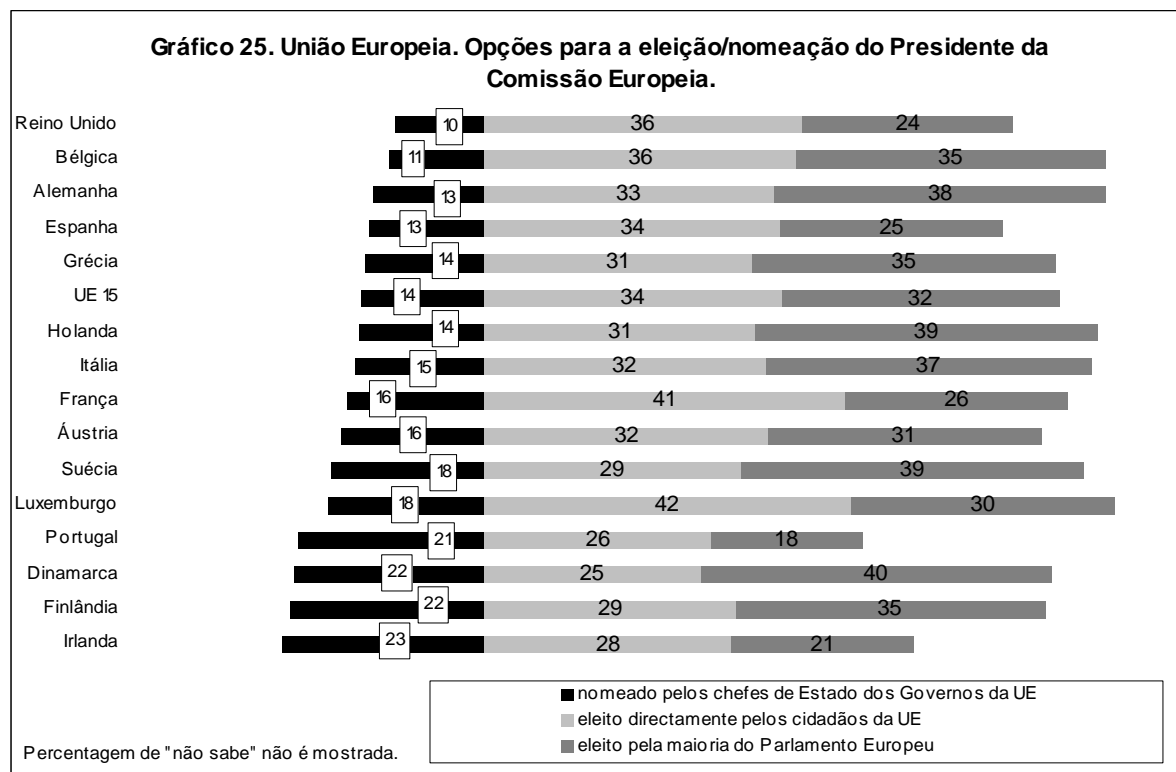


Quando está em causa o modo de eleição do Presidente da Comissão Europeia, os portugueses apresentam-se quase equitativamente divididos pelas três hipóteses de respostas válidas (gráfico 25). Também neste caso, o elevado número de não respostas dificulta a análise, sobretudo quando se pretende fazer comparações entre países. Entre os portugueses, uma percentagem ligeiramente superior à das outras categorias – 26 por cento – concentra-se na opção da eleição do Presidente directamente pelos cidadãos da UE.

A segunda maior percentagem, entre os portugueses, 21 por cento, recai sobre a nomeação do Presidente pelos chefes de Estado dos governos da União Europeia, ou seja, incide na opção de não reformar o modo de nomeação do Presidente da CE. Com esta percentagem, Portugal coloca-se entre os países que mais defendem a manutenção deste modo de



nomeação, imediatamente após a Irlanda, Finlândia e Dinamarca. De alertar o perigo desta comparação, pois enquanto a Irlanda tem uma percentagem de não respostas de 26 por cento, a Finlândia e a Dinamarca têm de 12 e 13 respectivamente, pelo que não é de estranhar que apresentem percentagens mais elevadas nas diversas categorias.



Concentre-se agora a análise em Portugal, tentando perceber quais as diferenças entre as pessoas mais tendencialmente contra a Reforma<sup>14</sup>. Assim, são mais frequentemente a favor da manutenção do direito de veto dos Estados Membros as pessoas que confiam no Governo Nacional. Há tendência para ser contra o pagamento da contribuição fiscal directamente à UE entre as pessoas que sentem saber menos sobre esta. Finalmente, são essencialmente a favor da manutenção da nomeação do Presidente da CE pelos chefes de Governo de cada país membro (e contra os outros dois modos de eleição previstos), as pessoas que confiam no Governo Nacional e as que não consideram a Reforma uma prioridade.

## 5. Conclusão

<sup>14</sup> Todas as associações referidas foram comprovadas estatisticamente, através de regressões. Estas não incluíram as variáveis socio-demográficas porque como se viu anteriormente estão muito correlacionadas com o grau de conhecimento que se tem da UE – variável que foi usada. Além dessa e referidas no texto, foram também usadas as variáveis “confiança na UE” e “posicionamento ideológico numa escala esquerda-direita”, que contudo não apresentarem efeitos significativos na posição que os portugueses têm face às prováveis medidas reformistas em causa.

Do EB57 resultam várias ideias chave. De um modo geral, confirma-se que os portugueses têm muito pouco conhecimento sobre a União Europeia, especificamente sobre as suas instituições e grande parte das suas políticas. Esta falta de informação, além de ser real, é também sentida subjectivamente pela maioria dos inquiridos. Particularmente no que diz respeito ao Alargamento e à Reforma Institucional, a falta de informação é notória e algo preocupante, pois produz um grande alheamento em relação a estas questões. Verificou-se em diversas perguntas do questionário uma elevada percentagem de não respostas – os inquiridos não têm opinião formada sobre diversos assuntos por desconhecimento. E isto é tanto mais importante tendo em conta que as opiniões dos portugueses sobre os diversos temas — em particular o Alargamento e todas as questões ligadas à imagem da UE — parecem ser fortemente influenciadas pelo seu sentimento de informação acerca dos diversos temas. Quanto mais informados os portugueses se dizem sentir, mais favoráveis são as opiniões que emitem sobre a construção europeia.

Parece-nos prioritário que a Estratégia de Informação e Comunicação da UE incida em dois tópicos: Alargamento e Reforma. De salientar, no caso da Reforma, que é indispensável que se comece por explicar, como de resto está previsto, o funcionamento da UE actualmente, pois o desconhecimento começa aí, e em seguida se passe para o seu possível funcionamento no futuro. É importante referir que os portugueses não parecem estar desinteressados em obter mais informação sobre estes temas, pois consideram que a informação dos cidadãos deve ser uma prioridade dentro da agenda da União. No entanto, é também necessário ter em conta que existem alguns grupos dentro da sociedade portuguesa que são, simultaneamente, os menos informados e os mais difíceis de informar. Como veículo de passagem de informação, a televisão afigura-se como a forma mais eficaz de atingir um público alargado.

Também se confirma que os portugueses têm uma imagem positiva da UE, estando sobretudo convictos de que o país beneficiou muito com a adesão. Este facto reflecte-se em diversos sentidos: na grande confiança que depositam na UE e nas suas instituições, na abertura à partilha de decisões com as instituições comunitárias e no apoio que demonstram às suas políticas. Quer no que diz respeito ao Alargamento, quer à Reforma, é visível uma atitude em geral optimista, apesar de se detectarem algumas reticências quanto às consequências económicas do alargamento. Este tópico parece-nos merecer ser bem esclarecido através da Estratégia de Informação da UE, por contraponto às consequências políticas que são, geralmente, melhor encaradas.

A segurança económica bem como a segurança física constituem as principais preocupações dos portugueses. Questões como a prevenção de uma crise económica ou a luta contra o desemprego, por um lado; o crime organizado e o terrorismo, por outro, preocupam muito a esmagadora maioria da população. Esta constatação não é, contudo, uma peculiaridade do país - é comum a toda a União, o que vem reforçar a importância destes tópicos constarem na Estratégia de Informação e Comunicação da UE.

## 6. Anexos: especificações técnicas e questionário

### STANDARD EUROBAROMETER 57.1 TECHNICAL SPECIFICATIONS

Between March 29 and May 1 2002, the European Opinion Research Group, a consortium of Market and Public Opinion Research agencies, made out of INRA in Belgium – I.C.O. and GfK Worldwide, carried out wave 57.1 of the standard Eurobarometer, on request of the EUROPEAN COMMISSION, Directorate-General Press and Communication, Opinion Polls.

The Standard EUROBAROMETER 57.1 covers the population of the respective nationalities of the European Union Member States, aged 15 years and over, resident in each of the Member States. The basic sample design applied in all Member States is a multi-stage, random (probability) one. In each EU country, a number of sampling points was drawn with probability proportional to population size (for a total coverage of the country) and to population density.

For doing so, the points were drawn systematically from each of the "administrative regional units", after stratification by individual unit and type of area. They thus represent the whole territory of the Member States according to the EUROSTAT NUTS 2 (or equivalent) and according to the distribution of the resident population of the respective EU-nationalities in terms of metropolitan, urban and rural areas. In each of the selected sampling points, a starting address was drawn, at random. Further addresses were selected as every N<sup>th</sup> address by standard random route procedures, from the initial address. In each household, the respondent was drawn, at random. All interviews were face-to-face in people's home and in the appropriate national language.

<u>COUNTRIES</u>	<u>INSTITUTES</u>	<u>N° INTERVIEWS</u>	<u>FIELDWORK DATES</u>	<u>POPULATION 15+ (x 000)</u>
Belgium	INRA BELGIUM	1045	29/03 – 30/04	8,326
Denmark	GfK DANMARK	1000	29/03 – 30/04	4,338
Germany(East)	INRA DEUTSCHLAND	1051	29/03 – 28/04	13,028
Germany(West)	INRA DEUTSCHLAND	1000	29/03 – 28/04	55,782
Greece	MARKET ANALYSIS	1002	29/03 – 28/04	8,793
Spain	INRA ESPAÑA	1000	29/03 – 28/04	33,024
France	CSA-TMO	1010	02/04 – 29/04	46,945
Ireland	LANSLOWNE Market Research	984	29/03 – 25/04	2,980

Italy	INRA Demoskopea	1000	29/03 – 28/04	49,017
Luxembourg	ILRes	602	29/03 – 30/04	364
The Netherlands	INTOMART	997	29/03 – 28/04	12,705
Austria	SPECTRA	1000	29/03 – 28/04	6,668
Portugal	METRIS	1000	29/03 – 28/04	8,217
Finland	MDC MARKETING RESEARCH	1010	29/03 – 28/04	4,165
Sweden	GfK SVERIGE	1000	01/04 – 01/05	7,183
Great Britain	MARTIN HAMBLIN LTD	1004	30/03 – 24/04	46,077
Northern Ireland	ULSTER MARKETING SURVEYS	307	03/04 – 22/04	1,273
	TOTAL NUMBER OF INTERVIEWS	15987		

For each country a comparison between the sample and the universe was carried out. The Universe description was derived from Eurostat population data or from national statistics. For all EU member-countries a national weighting procedure, using marginal and intercellular weighting, was carried out based on this Universe description. As such in all countries, minimum gender, age, region NUTS 2 were introduced in the iteration procedure. For international weighting (i.e. EU averages), INRA (EUROPE) applies the official population figures as provided by EUROSTAT in the Regional Statistics Yearbook (data for 1997). The total population figures for input in this post-weighting procedure are listed above.

The results of the Eurobarometer studies are reported in the form of tables, datafiles and analyses. Per question a table of results is given with the full question text in English, French and German. The results are expressed as a percentage of the total. The results of the Eurobarometer surveys are analysed and made available through the Directorate-General Press and Communication, Opinion Polls of the European Commission, rue de la Loi 200, B-1049 Brussels. The results are published on the Internet server of the European Commission: <http://europa.eu.int/comm/dg10/epo>. All Eurobarometer datafiles are stored at the Zentral Archiv (Universität Köln, Bachemer Strasse, 40, D-50869 Köln-Lindenthal), available through the CESSDA Database <http://www.nsd.uib.no/cessda/europe.html>. They are at the disposal of all institutes members of the European Consortium for Political Research (Essex), of the Inter-University Consortium for Political and Social Research (Michigan) and of all those interested in social science research.

Readers are reminded that survey results are estimations, the accuracy of which, everything being equal, rests upon the sample size and upon the observed percentage. With samples of about 1,000 interviews, the real percentages vary within the following confidence limits:

Observed percentages	10% or 90%	20% or 80%	30% or 70%	40% or 60%	50%
Confidence limits	± 1.9%	± 2.5%	± 2.7%	± 3.0%	± 3.1%

**STANDARD EUROBAROMETER 57.1  
CO-OPERATING AGENCIES AND RESEARCH EXECUTIVES**

**The European Opinion Research Group EEIG  
P.a. INRA (EUROPE) - European Coordination Office SA/NV  
Christine KOTARAKOS  
159, avenue dela Couronne  
B -1050 BRUSSELS – BELGIUM**

**Tel. ++/32 2 642 47 11 – Fax: ++/32 2 648 34 08**

**e-mail: [christine.kotarakos@eorg.be](mailto:christine.kotarakos@eorg.be)**

BELGIQUE	INRA BELGIUM 159, avenue de la Couronne B-1050 BRUXELLES	Mrs Eléonore SNOY <a href="mailto:inra.belgium@skynet.be">inra.belgium@skynet.be</a>	tel. fax	++/32 2 642 47 11 ++/32 2 648 34 08
DANMARK	GfK DANMARK Sylows Allé, 1 DK-2000 FREDERIKSBERG	Mr Erik CHRISTIANSEN <a href="mailto:erik.christiansen@gfk.dk">erik.christiansen@gfk.dk</a>	tel. fax	++/45 38 32 20 00 ++/45 38 32 20 01
DEUTSCHLAND	INRA DEUTSCHLAND Papenkamp, 2-6 D-23879 MÖLLN	Mr Christian HOLST <a href="mailto:christian.holst@inra.de">christian.holst@inra.de</a>	tel. fax	++/49 4542 801 0 ++/49 4542 801 201
ELLAS	Market Analysis 190 Hymettus Street GR-11635 ATHENA	Mr. Spyros Camileris <a href="mailto:markanalysis@matrix.kapatel.Gr">markanalysis@matrix.kapatel.Gr</a>	tel. fax	++/30 1 75 64 688 ++/30/1/70 19 355
ESPAÑA	INRA ESPAÑA C/Alberto Aguilera, 7-5° E-28015 MADRID	Ms Victoria MIQUEL <a href="mailto:victoria.miquel@inra.es">victoria.miquel@inra.es</a>	tel. fax	++/34 91 594 47 93 ++/34 91 594 52 23

FRANCE	CSA-TMO 22, rue du 4 Septembre F-75002 PARIS	Mr. Bruno JEANBART emmanuel.pignal@csa-tmo.fr	tel. fax	++/33 1 44 94 40 00 ++/33 1 44 94 40 01
IRELAND	LANSDOWNE Market Research 49, St. Stephen's Green IRL-DUBLIN 2	Mr Roger JUPP roger@lmr.ie	tel. fax	++/353 1 661 34 83 ++/353 1 661 34 79
ITALIA	INRA Demoskopea Via Salaria, 290 I-00199 ROMA	Mrs Maria-Adelaide SANTILLI Santilli@demoskopea.it	tel. fax	++/39 06 85 37 521 ++/39 06 85 35 01 75
LUXEMBOURG	ILReS 46, rue du Cimetière L-1338 LUXEMBOURG	Mr Charles MARGUE charles.margue@ilres.com	tel. fax	++/352 49 92 91 ++/352 49 92 95 555
NEDERLAND	Intomart Noordse Bosje 13-15 NL - 1201 DA HILVERSUM	Mr. Remko VAN DEN DOOL Dre.Koks@intomart.nl	tel. fax	++/31/35/625 84 11 ++/31/35/625 84 33
AUSTRIA	SPECTRA Brucknerstrasse, 3-5/4 A-4020 LINZ	Ms Jitka NEUMANN neji@spectra.at	tel. fax	++/43/732/6901 ++/43/732/6901-4
PORTUGAL	METRIS Av. Eng. Arantes e Oliveira, 3-2º P-1900 LISBOA	Ms Mafalda BRASIL mafaldabrasil@metris.pt	tel. fax	++/351 21 843 22 00 ++/351 21 846 12 03
FINLAND	MDC MARKETING RESEARCH Ltd Itätuulenkuja 10 A FIN-02100 ESPOO	Mrs Anu SIMULA anu.simula@gallup.fi	tel. fax	++/358 9 613 500 ++/358 9 613 50 423
SWEDEN	GfK SVERIGE S:t Lars väg 46 S-221 00 LUND	Mr Rikard EKDAHL rikard.ekdahl@gfksverige.se	tel. fax	++/46 46 18 16 00 ++/46 46 18 16 11
GREAT BRITAIN	MARTIN HAMBLIN LTD Mulberry House, Smith Square 36 UK-London Swip 3HL	Mrs. Lisa LUCKHURST lisa.luckhurst@martinhamblin.co.uk	tel. fax	++/44 207 222 81 81 ++/44 207 396 90 46

### Questionário

**Q.2** Quando está entre pessoas amigas, discute assuntos políticos frequentemente, de vez em quando ou nunca?  
(UMA SÓ RESPOSTA)

(34)

Frequentemente..... 1  
De vez em quando..... 2  
Nunca..... 3  
NS/NR ..... 4

**Q.3** Quando tem uma opinião firme sobre qualquer assunto, tenta convencer os seus amigos, colegas de trabalho e familiares a adoptar essa opinião? Isso acontece ... ? (LER - UMA SÓ RESPOSTA)

(35)

Frequentemente..... 1  
De vez em quando..... 2  
Raramente ..... 3  
Nunca..... 4  
NS/NR ..... 5

**Q.4** De uma maneira geral, está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com a vida que leva ? Diria que está ... ? **(LER)**

(36)

Muito satisfeito .....	1
Satisfeito .....	2
Não muito satisfeito.....	3
Nada satisfeito .....	4
NS/NR .....	5

**Q.5** Se comparar a sua situação actual com a de há cinco anos, diria que ela melhorou, que está quase na mesma ou que piorou?

(37)

Melhorou .....	1
Está quase na mesma .....	2
Piorou.....	3
NS/NR .....	4

**Q.6** Nos próximos cinco anos, espera que a sua situação pessoal melhore, se mantenha na mesma ou piore ?

(38)

Melhore .....	1
Se mantenha na mesma.....	2
Piore.....	3
NS/NR .....	4

**Q.7** Aqui tem uma lista de coisas de que algumas pessoas dizem ter medo. Para cada uma delas, diga-me por favor se, pessoalmente, tem medo dela ou não ?

LER	TEM MEDO	NÃO TEM MEDO	NS/NR
1. Uma guerra mundial	(39) 1	2	3
2. Um conflito nuclear na Europa	(40) 1	2	3
3. Uma guerra convencional na Europa (nem nuclear, nem bacteriológica ou química)	(41) 1	2	3
4. Um lançamento accidental de um míssil nuclear	(42) 1	2	3
5. Um acidente numa central nuclear	(43) 1	2	3
6. A proliferação das armas nucleares, bacteriológicas ou químicas de destruição massiva	(44) 1	2	3
7. Os conflitos étnicos na Europa	(45) 1	2	3
8. O terrorismo	(46) 1	2	3
9. O crime organizado	(47) 1	2	3
10. As epidemias	(48) 1	2	3

**Q.8** Gostaria de lhe fazer agora uma pergunta sobre a confiança que lhe inspiram certas instituições. Para cada uma delas, diga-me por favor se tem ou não confiança nela?

LER	TEM CONFIANÇA	NÃO TEM CONFIANÇA	NS/NR
1. A imprensa escrita	(49) 1	2	3
2. A rádio	(50) 1	2	3
3. A televisão	(51) 1	2	3
4. A Justiça / o sistema judicial português	(52) 1	2	3
5. A polícia	(53) 1	2	3
6. O exército	(54) 1	2	3
7. A instituições religiosas	(55) 1	2	3
8. Os sindicatos	(56) 1	2	3
9. Os partidos políticos	(57) 1	2	3
10. A administração pública	(58) 1	2	3
11. As grandes empresas	(59) 1	2	3
12. O Governo português	(60) 1	2	3

13. A Assembleia da República	(61)	1	2	3
14. A União Europeia	(62)	1	2	3
15. A Organização das Nações Unidas	(63)	1	2	3
16. As organizações não-governamentais	(64)	1	2	3
17. As associações de beneficência ou de solidariedade social	(65)	1	2	3

**Q.9** De uma maneira geral, qual é a atenção que dá a cada um dos seguintes assuntos ? **(MOSTRAR LISTA 1)**

LER	MUITA ATENÇÃO	ALGUMA ATENÇÃO	NENHUMA ATENÇÃO	NS/NR
1. A política	(66) 1	2	3	4
2. Os problemas sociais, tais como, saúde, educação, a pobreza, etc.	(67) 1	2	3	4
3. A União Europeia	(68) 1	2	3	4
4. A economia	(69) 1	2	3	4
5. O desporto	(70) 1	2	3	4
6. O meio ambiente	(71) 1	2	3	4
7. A política estrangeira / os negócios internacionais	(72) 1	2	3	4
8. A cultura	(73) 1	2	3	4

**Q.10** Utilizando esta escala, em que medida acha que se sente informado(a) acerca da União Europeia, das suas políticas, das suas instituições? **( MOSTRAR LISTA 2 COM ESCALA)**

LER	NÃO SABE NADA									SABE MUITO	NS/NR
(74)(75)	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11

**Q.11** Quando está à procura de informações sobre a União Europeia, as suas políticas e as suas instituições, quais das seguintes fontes de informação utiliza ? E que outras fontes ?  
**(MOSTRAR LISTA 3 – LER - VÁRIAS RESPOSTAS POSSÍVEIS)**

Em reuniões .....(76) 1  
 Discussões com a família, amigos, colegas .....(77) 2  
 Jornais diários .....(78) 3  
 Outros jornais, revistas .....(79) 4  
 Televisão .....(80) 5  
 Rádio .....(81) 6  
 Internet .....(82) 7



Livros, brochuras, panfletos de informação .....	(83)	1
CD-Rom .....	(84)	2
Painéis de informação sobre a União Europeia nas bibliotecas, câmaras municipais, estações de caminhos de ferro, correios .....	(85)	3
Gabinetes de informação da União Europeia, pontos de informação europeia, bibliotecas europeias, etc. ....	(86)	4
Agências de informação especializadas das administrações nacionais ou locais .....	(87)	5
Sindicatos ou associações profissionais.....	(88)	6
Outras organizações (por exemplo, organizações de consumidores, etc.).....	(89)	7
Contacto com um Membro do Parlamento Europeu ou um Membro da Assembleia da República ....	(90)	1
Outros <b>(SE ESPONTÂNEO)</b> .....	(91)	2
Nunca procura este tipo de informações, não está interessado <b>(SE ESPONTÂNEO)</b> .....	(92)	3 ⇒ <b>Q.13</b>
NS/NR .....	(93)	4

NÃO FAZER A Q.12 AOS ENTREVISTADOS QUE RESPONDERAM “Nunca procura este tipo de informações, não está interessado”, CÓDIGO 3 DA COLUNA (92) NA Q.11

**Q.12** Em geral, sob que forma preferiria obter informações relativas à União Europeia? **(MOSTRAR LISTA 4 – LER - VÁRIAS RESPOSTAS POSSÍVEIS)**

Um pequeno panfleto dando apenas um resumo.....	(94)	1
Uma brochura mais detalhada .....	(95)	2
Um livro com uma descrição completa .....	(96)	3
Uma cassete de vídeo .....	(97)	4
Na Internet .....	(98)	5
Um CD-Rom.....	(99)	6
Um terminal de computador que permita consultar bancos de dados .....	(100)	7
Na televisão .....	(101)	1
Na rádio.....	(102)	2
Nos jornais diários.....	(103)	3
Nos outros jornais, revistas.....	(104)	4
Nos anúncios publicitários .....	(105)	5
Não quero receber informação sobre a União Europeia <b>(SE ESPONTÂNEO)</b> .....	(106)	6
NENHUMA DESTAS FORMAS <b>(SE ESPONTÂNEO)</b> .....	(107)	7
NS/NR .....	(108)	1

## A TODOS

**Q.13** De uma maneira geral, pensa que o facto de Portugal fazer parte da União Europeia é ... ?

(109)

Uma coisa boa .....	1
Uma coisa má .....	2
Uma coisa nem boa nem má .....	3
NS/NR .....	4

**Q.14** Tendo tudo em consideração, acha que Portugal beneficiou ou não de ser membro da União Europeia ?

(110)

Beneficiou .....	1
Não beneficiou .....	2
NS/NR .....	3

**Q.15** De uma maneira geral, a União Europeia tem para si uma imagem muito positiva, positiva, neutra, negativa ou muito negativa?

(111)

Muito positiva .....	1
Positiva.....	2
Neutra.....	3
Negativa .....	4
Muito negativa.....	5
NS/NR .....	6

**Q.16** Em sua opinião, a adesão de Portugal à União Europeia trouxe-lhe pessoalmente ... ? **(MOSTRAR LISTA 5 - LER - UMA SÓ RESPOSTA)**

(112)

...muito mais vantagens.....	1
...mais vantagens .....	2
...tantas vantagens como desvantagens.....	3
...mais desvantagens.....	4
...muitas mais desvantagens .....	5
NS/NR .....	6

**Q.17** Se fosse anunciado amanhã que a União Europeia tinha sido abandonada, sentiria muita pena, indiferença ou muito alívio ?

(113)

Muita pena .....	1
Indiferença .....	2
Muito alívio .....	3
NS/NR .....	4

**Q.18** O que é que a União Europeia representa para si pessoalmente? **(MOSTRAR LISTA 6 – VÁRIAS RESPOSTAS POSSÍVEIS – FAZER ROTAÇÃO DE CIMA PARA BAIXO E DE BAIXO PARA CIMA)**

A paz ..... (114) 1

A prosperidade económica .....	(115)	2
A protecção social.....	(116)	3
A liberdade de viajar, estudar e trabalhar em qualquer lugar da União Europeia.....	(117)	4
A diversidade cultural.....	(118)	5
Uma voz mais forte no Mundo .....	(119)	6
O Euro.....	(120)	7
O desemprego .....	(121)	1
A burocracia .....	(122)	2
Um desperdício de dinheiro .....	(123)	3
A perda da nossa identidade nacional.....	(124)	4
Mais criminalidade .....	(125)	5
Não existir controlo suficiente nas fronteiras exteriores .....	(126)	6
Outra <b>(SE ESPONTÂNEO)</b> .....	(127)	7
NS/NR .....	(128)	1

**Q.19** Já alguma vez ouviu falar ... ?

LER	SIM	NÃO	NS/NR
1. Do Parlamento Europeu	(129) 1	2	3
2. Da Comissão Europeia	(130) 1	2	3
3. Do Conselho de Ministros da União Europeia	(131) 1	2	3
4. Do Tribunal de Justiça da União Europeia	(132) 1	2	3
5. Do Mediador Europeu	(133) 1	2	3
6. Do Banco Central Europeu	(134) 1	2	3
7. Do Tribunal de Contas Europeu	(135) 1	2	3
8. Do Comité Europeu para as Regiões da União Europeia	(136) 1	2	3
9. Do Comité Económico e Social da União Europeia	(137) 1	2	3
10. Da Convenção sobre o futuro da União Europeia	(138) 1	2	3

**Q.20** E para cada uma das seguintes instituições europeias, pensa ou não, que ela desempenha um papel importante na vida da União Europeia?

LER	IMPORTANTE	NÃO IMPORTANTE	NS/NR
1. O Parlamento Europeu	(139) 1	2	3
2. A Comissão Europeia	(140) 1	2	3
3. O Conselho de Ministros da União Europeia	(141) 1	2	3
4. O Tribunal de Justiça da União Europeia	(142) 1	2	3
5. O Mediador Europeu	(143) 1	2	3
6. O Banco Central Europeu	(144) 1	2	3
7. O Tribunal de Contas Europeu	(145) 1	2	3
8. O Comité Europeu para as Regiões da União Europeia	(146) 1	2	3
9. O Comité Económico e Social da União Europeia	(147) 1	2	3
10. A Convenção sobre o futuro da União Europeia	(148) 1	2	3

**Q.21** E para cada uma dessas instituições, importa-se de me dizer se tem ou não confiança nela ?

LER	TEM CONFIANÇA	NÃO TEM CONFIANÇA	NS/NR
1. O Parlamento Europeu	(149) 1	2	3
2. A Comissão Europeia	(150) 1	2	3
3. O Conselho de Ministros da União Europeia	(151) 1	2	3
4. O Tribunal de Justiça da União Europeia	(152) 1	2	3
5. O Mediador Europeu	(153) 1	2	3
6. O Banco Central Europeu	(154) 1	2	3
7. O Tribunal de Contas Europeu	(155) 1	2	3
8. O Comité Europeu para as Regiões da União Europeia	(156) 1	2	3
9. O Comité Económico e Social da União Europeia	(157) 1	2	3
10. A Convenção sobre o futuro da União Europeia	(158) 1	2	3

## A TODOS OS PAÍSES

**Q.24a** Para cada uma das seguintes áreas, pensa que as decisões deveriam ser tomadas pelo Governo Português ou que elas deveriam ser tomadas em conjunto no seio da União Europeia ?

(LER UM ITEM DE CADA VEZ E REGISTRAR UMA SÓ RESPOSTA POR LINHA - EM CADA NOVO ENTREVISTADO COMEÇAR COM UM ITEM DIFERENTE)

LER – RODAR AS FRASES	GOVERNO PORTUGUÊS	EM CONJUNTO NA UNIÃO EUROPEIA	NS/ NR
1. A defesa	(161) 1	2	3
2. A protecção do meio ambiente	(162) 1	2	3
3. A moeda	(163) 1	2	3
4. A ajuda humanitária	(164) 1	2	3
5. A saúde e a segurança social	(165) 1	2	3
6. As regras básicas em matéria de rádio, televisão e imprensa	(166) 1	2	3
7. A luta contra a pobreza / a exclusão social	(167) 1	2	3
8. A luta contra o desemprego	(168) 1	2	3
9. A agricultura e a política das pescas	(169) 1	2	3
10. A ajuda às regiões que estão com dificuldades económicas	(170) 1	2	3
11. O ensino	(171) 1	2	3
12. A investigação científica e tecnológica	(172) 1	2	3
13. A informação sobre a União Europeia, as suas políticas e as suas instituições	(173) 1	2	3
14. A política externa/estrangeira com os países fora da União Europeia	(174) 1	2	3
15. A política cultural	(175) 1	2	3

**Q.24b** E para cada uma das áreas seguintes ?

(LER UM ITEM DE CADA VEZ E REGISTRAR UMA SÓ RESPOSTA POR LINHA - EM CADA NOVO ENTREVISTADO COMEÇAR COM UM ITEM DIFERENTE)

LER – RODAR AS FRASES	GOVERNO PORTUGUÊS	EM CONJUNTO NA UNIÃO EUROPEIA	NS/ NR
1. A política de imigração	(176) 1	2	3
2. As regras relativas ao asilo político	(177) 1	2	3
3. A luta contra o crime organizado	(178) 1	2	3
4. A polícia	(179) 1	2	3
5. A justiça	(180) 1	2	3
6. O acolhimento de refugiados	(181) 1	2	3
7. A prevenção da delinquência juvenil	(182) 1	2	3

8. A prevenção da delinquência urbana	(183)	1	2	3
9. A luta contra a droga	(184)	1	2	3
10. A luta contra o tráfico e a exploração de seres humanos	(185)	1	2	3
11. A luta contra o terrorismo internacional	(186)	1	2	3
12. Enfrentar os desafios impostos pelo envelhecimento da população	(187)	1	2	3

**Q.25** Qual é a sua opinião sobre cada uma das frases seguintes ? Diga-me por favor, para cada frase, se é a favor ou contra ?

LER – RODAR AS FRASES	A FAVOR		CONTRA	NS/NR
1. Uma União Monetária Europeia com uma moeda única, o Euro.	(188)	1	2	3
2. Uma política externa/estrangeira comum em relação aos outros países.	(189)	1	2	3
3. Uma política de segurança e de defesa comum aos Estados Membros da União Europeia.	(190)	1	2	3
4. O alargamento da União Europeia para incluir novos países.	(191)	1	2	3
5. Uma União Europeia responsável por assuntos que não possam ser conduzidos com eficácia pelos Governos Nacionais, Regionais e Locais.	(192)	1	2	3
6. A demissão do Presidente da Comissão Europeia e dos Comissários Europeus se eles não têm o apoio de uma maioria no Parlamento Europeu.	(193)	1	2	3
7. Ensinar às crianças, na escola, a forma como as instituições da União Europeia funcionam.	(194)	1	2	3

**Q.26** Vou-lhe ler uma lista de ações que a União Europeia poderia empreender. Para cada uma, pode-me dizer se na sua opinião ela deveria ser uma prioridade ou não ?

LER	PRIORIDADE	NÃO PRIORIDADE	NS/ NR
1. Acolher novos países membros	(195) 1	2	3
2. Estar mais próxima dos cidadãos europeus, por exemplo, dando-lhes mais informação sobre a União Europeia, as suas políticas e as suas instituições	(196) 1	2	3
3. Conseguir com êxito a implementação da moeda única europeia, o Euro	(197) 1	2	3
4. Lutar contra a pobreza e a exclusão social	(198) 1	2	3
5. Proteger o meio ambiente	(199) 1	2	3

6. Garantir a qualidade dos produtos alimentares	(200)	1	2	3
7. Proteger os consumidores e garantir a qualidade dos outros produtos	(201)	1	2	3
8. Lutar contra o desemprego	(202)	1	2	3
9. Reformar as instituições da União Europeia e o seu funcionamento	(203)	1	2	3
10. Lutar contra o crime organizado e o tráfico de droga	(204)	1	2	3
11. Assegurar a importância política e diplomática da União Europeia no Mundo	(205)	1	2	3
12. Manter a paz e a segurança na Europa	(206)	1	2	3
13. Garantir os direitos do indivíduo e o respeito dos princípios democráticos na Europa	(207)	1	2	3
14. Lutar contra o terrorismo	(208)	1	2	3
15. Enfrentar os desafios impostos pelo envelhecimento da população	(209)	1	2	3

**Q.27** Num futuro próximo como é que se vê a si próprio ? **(MOSTRAR LISTA 7 - LER - UMA SÓ RESPOSTA)**

(210)

Como Português unicamente ..... 1  
Como Português e Europeu ..... 2  
Como Europeu e Português ..... 3  
Como Europeu unicamente ..... 4  
NS/NR ..... 5

**Q.28** Diria que está muito orgulhoso, orgulhoso, não muito orgulhoso ou nada orgulhoso de ser ... **(DIZER A NACIONALIDADE REFERIDA NA Q.1) ? (UMA SÓ RESPOSTA)**

(211)

Muito orgulhoso..... 1  
Orgulhoso..... 2  
Não muito orgulhoso ..... 3  
Nada orgulhoso ..... 4  
NS/NR ..... 5

**Q.29** Diria que está muito orgulhoso, orgulhoso, não muito orgulhoso ou nada orgulhoso de ser europeu (europeia)? **(UMA SÓ RESPOSTA)**

(212)

Muito orgulhoso..... 1  
Orgulhoso..... 2  
Não muito orgulhoso ..... 3  
Nada orgulhoso ..... 4  
NS/NR ..... 5

**Q.30** A União Europeia dá-lhe um sentimento de... **(MOSTRAR LISTA 8 – LER – VÁRIAS RESPOSTAS POSSÍVEIS)**

Entusiasmo .....(213) 1  
Esperança .....(214) 2

Confiança .....	(215)	3
Indiferença .....	(216)	4
Ansiedade .....	(217)	5
Desconfiança .....	(218)	6
Rejeição .....	(219)	7
NS/NR .....	(220)	1

**Q.31** Algumas pessoas podem ter receios sobre a construção da Europa, a União Europeia. Tem aqui uma lista de coisas de que algumas pessoas dizem ter receio. Para cada uma, diga-me por favor se o(a) Sr(a). – pessoalmente – tem ou não receio dela actualmente?

LER	Tem receio actualmente	Não tem receio actualmente	NS/NR
1. Uma crise económica	(221) 1	2	3
2. Um aumento do tráfico de drogas e do crime internacional organizado	(222) 1	2	3
3. Aumento do desemprego	(223) 1	2	3
4. A perda dos benefícios sociais	(224) 1	2	3
5. A perda da nossa identidade e cultura nacional	(225) 1	2	3
6. As decisões impostas pelos grandes países membros	(226) 1	2	3
7. Na verdade Portugal não existirá mais	(227) 1	2	3

**Q.32)** No dia 1 de Janeiro de 2002, o Escudo foi substituído pelo Euro. Pensa que isto é...?

**(MOSTRAR LISTA 9 - LER – UMA SÓ RESPOSTA)**

(228)

uma coisa muito boa .....	1
uma coisa boa.....	2
uma coisa nem boa nem má .....	3
uma coisa má.....	4
uma coisa muito má .....	5
NS/NR.....	6

**Q.33: NÃO EXISTE EM PORTUGAL Coluna (229): BRANCA**

**A TODOS OS PAÍSES**



**Q.34** Sente-se à vontade ao utilizar o Euro? Diria que se sente...? (**MOSTRAR LISTA 10 - LER – UMA SÓ RESPOSTA**)

(230)

- muito à vontade.....1  
 à vontade .....2  
 não muito à vontade.....3  
 nada à vontade .....4  
 NS/NR.....5

**PASSEMOS AGORA A OUTRO ASSUNTO : O ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA**

**Q.35** Qual destas três opções prefere para o futuro imediato da União Europeia ? (**MOSTRAR LISTA 11 – LER – UMA SÓ RESPOSTA**)

(231)

- A União Europeia deveria ser alargada a todos os países que desejam fazer parte dela.....1  
 A União Europeia deveria ser alargada apenas a alguns dos países que desejam fazer parte dela.....2  
 A União Europeia não deveria ser alargada a nenhum dos países que desejam fazer parte dela .....3  
 Nenhuma destas (**SE ESPONTÂNEO**) .....4  
 NS/NR .....5

**Q.36a** Para cada um dos países seguintes, estaria a favor ou contra que no futuro ele fizesse parte da União Europeia? (**LER UM ITEM DE CADA VEZ E REGISTRAR UMA SÓ RESPOSTA POR LINHA - EM CADA NOVO ENTREVISTADO COMEÇAR COM UM ITEM DIFERENTE**)

LER – RODAR AS FRASES	A FAVOR	CONTRA	NS/NR
1. República checa	(232) 1	2	3
2. Eslováquia	(233) 1	2	3
3. Polónia	(234) 1	2	3
4. Hungria	(235) 1	2	3
5. Roménia	(236) 1	2	3
6. Eslovénia	(237) 1	2	3
7. Estónia	(238) 1	2	3
8. Letónia	(239) 1	2	3
9. Lituânia	(240) 1	2	3
10. Bulgária	(241) 1	2	3
11. Chipre	(242) 1	2	3
12. Malta	(243) 1	2	3
13. Turquia	(244) 1	2	3

**Q.36b** E para cada um dos países seguintes, estaria a favor ou contra que no futuro ele fizesse parte da União Europeia ?

LER – RODAR AS FRASES	A FAVOR	CONTRA	NS/NR
1. Suíça	(245) 1	2	3
2. Noruega	(246) 1	2	3
3. Bósnia-Herzgovina	(247) 1	2	3
4. Croácia	(248) 1	2	3
5. A antiga República Jugoslava da Macedónia	(249) 1	2	3
6. Jugoslávia (República Federal)	(250) 1	2	3
7. Islândia	(251) 1	2	3

8. Albânia	(252)	1	2	3
------------	-------	---	---	---

**Q.37** Depois do previsto alargamento da União Europeia, o número de Estados-Membros aumentará de 15 para mais de 25. Na sua opinião, as decisões da União Europeia deveriam então ser tomadas ... ?

**(MOSTRAR LISTA 12 - LER - UMA SÓ RESPOSTA)**

(253)

Por unanimidade de todos os Estados-Membros.....1  
Pela maioria dos Estados-Membros.....2  
DEPENDE (SE ESPONTÂNEO).....3  
NS/NR.....4

**Q.38** Pensando no alargamento da União Europeia a novos países da Europa, está mais de acordo ou mais em desacordo com cada uma das frases seguintes ? **(LER UM ITEM DE CADA VEZ E REGISTRAR UMA SÓ RESPOSTA POR LINHA - EM CADA NOVO ENTREVISTADO COMEÇAR COM UM ITEM DIFERENTE)**

LER – RODAR AS FRASES	MAIS DE ACORDO	MAIS EM DESACORDO	NS/NR
1. Quantos mais países forem membros da União Europeia, mais a paz e a segurança estarão garantidas na Europa	(254) 1	2	3
2. O alargamento não custará mais caro aos países que já são membros como Portugal	(255) 1	2	3
3. Depois do alargamento a novos países, Portugal terá menos importância na Europa	(256) 1	2	3
4. Quantos mais países membros existirem, maior será o desemprego em Portugal	(257) 1	2	3
5. A União Europeia deveria ajudar financeiramente os futuros países membros mesmo antes da sua adesão	(258) 1	2	3
6. Quando novos países aderirem, Portugal receberá menos ajudas financeiras da União Europeia	(259) 1	2	3
7. Quantos mais países membros tiver a União Europeia, mais difícil será tomar decisões numa escala europeia	(260) 1	2	3
8. Quanto mais países forem membros da União Europeia, mais importante ela será no Mundo	(261) 1	2	3
9. Com mais países membros, a Europa será mais rica no plano cultural	(262) 1	2	3
10. É preciso que a União Europeia reforme o funcionamento das suas instituições antes de acolher novos membros	(263) 1	2	3

**Q.39** Em que medida é que se sente informado(a) sobre o alargamento, ou seja, a entrada de novos países na União Europeia? Sente-se ... **(MOSTRAR LISTA 13 – LER – UMA SÓ RESPOSTA)**

(264)

Muito bem informado(a).....1  
Bem informado(a).....2  
Não muito bem informado(a).....3  
Nada informado(a).....4  
NS/NR.....5

**Q.40** Pensa que a União Europeia deveria ou não ter uma Constituição ?

(265)

Deveria..... 1  
Não deveria..... 2  
NS/NR ..... 3

**Q.41** Qual das seguintes frases se aproxima mais da sua própria opinião? O Presidente da Comissão Europeia deveria ser... **(LER – UMA SÓ RESPOSTA)**

(266)

nomeado pelos chefes de Estado dos governos da União Europeia..... 1  
eleito pela maioria do Parlamento Europeu..... 2  
eleito directamente pelos cidadãos da União Europeia..... 3  
Outra **(SE ESPONTÂNEO)**..... 4  
NS/NR ..... 5

**Q.42** Na União Europeia, cada Estado Membro tem o direito de veto para as decisões mais importantes e mais sensíveis. Por outras palavras, cada país pode bloquear uma destas decisões mesmo que os outros países a apoiem. Esse direito de veto deveria... **(MOSTRAR LISTA 14 – UMA SÓ RESPOSTA)**

(267)

ser conservado para preservar os interesses nacionais ..... 1  
ser abandonado para tornar a União Europeia mais eficaz ..... 2  
NS/NR ..... 3

**Q.43** Actualmente cada Estado Membro reverte uma parte das suas receitas fiscais para a União Europeia. O(A) Sr(a). preferiria pagar esta contribuição directamente à União Europeia?

(268)

SIM..... 1  
NÃO..... 2  
NS/NR ..... 3

**DADOS DEMOGRÁFICOS  
PARA TODOS**

**D1.** A propósito de política, as pessoas falam de Direita e de Esquerda. O(a) Sr(a). pode situar a sua posição nesta escala? **(MOSTRAR LISTA 30 - NÃO SUGERIR NADA. A PESSOA DEVE SITUAR-SE NUM QUADRADO, SE HESITAR POR FAVOR INSISTIR NUMA RESPOSTA)**

Esquerda										Direita
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

' \_\_\_\_\_ ' \_\_\_\_\_ '  
(369) (370)

(371)

RECUSA RESPONDER ..... 1

NÃO SABE ..... 2

D2 / D6 EM BRANCO (NÃO EXISTEM)

**D7.** O(a) Sr.(a) é ...? **(MOSTRAR LISTA 31 - LER - UMA SÓ RESPOSTA)**

(372)(373)

L - Casado(a), pela primeira vez ..... 01

V - Casado(a), não pela primeira vez ..... 02

X - Solteiro(a), que vive actualmente em casal ... 03

T - Solteiro(a), nunca viveu em casal ..... 04

P - Solteiro(a), já tendo vivido em  
casal no passado, mas actualmente só ..... 05

S - Divorciado(a) ..... 06

A - Separado(a) ..... 07

R - Viúvo(a) ..... 08

Outro **(SE ESPONTÂNEO)** ..... 09

Recusa **(SE ESPONTÂNEO)** ..... 10

**D8.** Que idade tinha quando terminou ou interrompeu os seus estudos a tempo inteiro?

(SE ANALFABETO OU NUNCA ESTUDOU CODIFICAR - 01)

(SE ESTUDA AINDA CODIFICAR - 99)

' \_\_\_\_\_ ' \_\_\_\_\_ ' ANOS  
(374) (375)

**D9. EM BRANCO (NÃO EXISTE)**

**D10. SEXO**

(376)

MASCULINO ..... 1

FEMININO ..... 2

**D11.** Poderia dizer-me a sua idade?

|\_\_\_\_| |\_\_\_\_| (377)(378)

D12 A D14 EM BRANCO (NÃO EXISTEM)

**D15a.** Qual é a sua ocupação/profissão actual?

(REGISTE DETALHADAMENTE, INCLUSIVE SE POR CONTA PRÓPRIA OU POR CONTA DE OUTRÉM)  
 REGISTE: \_\_\_\_\_

**D15b. (ENTREVISTADOR: SE NÃO EXERCE ACTIVIDADE ACTUALMENTE - CÓDIGOS 1 A 4 EM D15a: Já exerceu uma actividade profissional remunerada anteriormente? Qual foi a última? (REGISTE DETALHADAMENTE, INCLUSIVE SE POR CONTA PRÓPRIA OU POR CONTA DE OUTRÉM)**  
 REGISTE: \_\_\_\_\_

	<b>D15a</b> <b>OCUPAÇÃO</b> <b>ACTUAL</b>	<b>D15b</b> <b>OCUPAÇÃO</b> <b>ANTERIOR</b>
	(379)(380)	(381)(382)
<b>INACTIVOS</b>		
- Responsável pelas compras e pelas tarefas domésticas ou não exercendo qualquer actividade profissional	01	---
- Estudantes	02	---
Desempregado/Temporariamente sem emprego	03	---
- Reformado ou incapacitado por doença prolongada	04	---
<b>EMPREGADOS POR CONTA PRÓPRIA:</b>		
- Agricultor	05	01
- Pescador	06	02
- Profissional liberal (advogado, médico, economista, arquitecto, contabilista, ...)	07	03
- Comerciante, Artífice ou outro trabalhador independente	08	04
- Industrial, Proprietário (na totalidade ou em parte) de uma empresa	09	05
<b>EMPREGADOS POR CONTA DE OUTRÉM:</b>		
- Profissional liberal por conta de outrém (médico, advogado, economista, arquitecto, contabilista ...)	10	06
- Quadro Superior (Administrador, Director Geral, Outros Directores)	11	07
- Quadro Médio (Chefes de Departamento, Gerentes, Professores, Técnicos Especializados ...)	12	08
- Empregados escriturários trabalhando principalmente à secretária, empregados de escritório	13	09
- Empregados não escriturários mas viajando (vendedores, condutores, representantes de vendas ...)	14	10
- Empregados não escriturários mas tendo uma função de serviços em hospitais, restaurantes, policia e bombeiros ...	15	11
- Contramestres/capatazes	16	12
- Trabalhador Manual Qualificado	17	13
- Outros trabalhadores manuais (não qualificados, empregados domésticos)	18	14
<b>NUNCA EXERCEU ACTIVIDADE PROFISSIONAL REMUNERADA</b>	---	15

**D16 / D18 EM BRANCO (NÃO EXISTEM)**

**D19.** O(a) Sr.(a) é no seu lar a pessoa que contribui com a maior parte do rendimento familiar ?

(383)

SIM..... 1  
NÃO ..... 2  
AMBOS IGUALMENTE ..... 3  
NS/NR..... 4

**D20 EM BRANCO (NÃO EXISTE)**

**(SE CÓDIGO 2 NA D19)**

**D21a.** Qual é a ocupação actual da pessoa que contribui com a maior parte do rendimento familiar do lar? **(REGISTE DETALHADAMENTE, INCLUSIVE SE POR CONTA PRÓPRIA OU POR CONTA DE OUTRÉM)**  
**REGISTE:** \_\_\_\_\_

**D21b. (ENTREVISTADOR: SÓ SE NÃO EXERCE ACTIVIDADE ACTUALMENTE - CÓDIGOS 1 A 4 EM D21a):**

E a pessoa que contribui com a maior parte para o rendimento familiar do lar já exerceu uma actividade profissional remunerada anteriormente? Qual foi a última? **(REGISTE DETALHADAMENTE, INCLUSIVE SE POR CONTA PRÓPRIA OU POR CONTA DE OUTRÉM)**  
**REGISTE:** \_\_\_\_\_

	<b>D21a</b> <b>OCUPAÇÃO</b> <b>ACTUAL</b>	<b>D21b</b> <b>OCUPAÇÃO</b> <b>ANTERIOR</b>
	(384)(385)	(386)(387)
<b>INACTIVOS</b>		
- Responsável pelas compras e pelas tarefas domésticas ou não exercendo qualquer actividade profissional	01	---
- Estudantes	02	---
Desempregado/Temporariamente sem emprego	03	---
- Reformado ou incapacitado por doença prolongada	04	---
<b>EMPREGADOS POR CONTA PRÓPRIA:</b>		
- Agricultor	05	01
- Pescador	06	02
- Profissional liberal (advogado, médico, economista, arquitecto, contabilista, ...)	07	03
- Comerciante, Artífice ou outro trabalhador independente	08	04
- Industrial, Proprietário (na totalidade ou em parte) de uma empresa	09	05
<b>EMPREGADOS POR CONTA DE OUTRÉM:</b>		
- Profissional liberal por conta de outrém (médico, advogado, economista, arquitecto, contabilista ...)	10	06
- Quadro Superior (Administrador, Director Geral, Outros Directores)	11	07
- Quadro Médio (Chefes de Departamento, Gerentes, Professores, Técnicos Especializados ...)	12	08
- Empregados escriturários trabalhando principalmente à secretária, empregados de escritório	13	09
- Empregados não escriturários mas viajando (vendedores, condutores, representantes de vendas ...)	14	10
- Empregados não escriturários mas tendo uma função de serviços em hospitais, restaurantes, policia e bombeiros	15	11
- Contramestres/capatazes	16	12
- Trabalhador Manual Qualificado	17	13
- Outros trabalhadores		



manuais (não qualificados, empregados domésticos)	18	14
<b><u>NUNCA EXERCEU ACTIVIDADE PROFISSIONAL REMUNERADA</u></b>	---	15

**D22 A D24 EM BRANCO (NÃO EXISTEM)**

**D25.** O(a) Sr.(a) diria que vive numa ...? **(LER)**

	(388)
ZONA RURAL OU ALDEIA .....	1
VILA OU MÉDIA LOCALIDADE .	2
GRANDE LOCALIDADE .....	3
NS/NR .....	4

**D26 A D28 EM BRANCO (NÃO EXISTEM)**

**D29. (PARA TODOS)** Nós necessitamos de mais algumas informações acerca dos rendimentos do agregado familiar para analisarmos os resultados deste estudo segundo os diferentes tipos de lares. Eis aqui uma lista de grupos de rendimentos **(MOSTRAR LISTA 32)**

Queira somar o conjunto dos ganhos e salários mensais de todos os membros do seu agregado familiar, todas as pensões e benefícios da segurança social e abono de família bem como todos os outros rendimentos tais como alugueres ...

Podemos garantir-lhe que a sua resposta bem como todas as respostas que deu nesta entrevista serão tratadas com carácter absolutamente confidencial e toda a referência ao Sr(Sra.) ou ao seu agregado será totalmente impossível. Por favor pode indicar-me a letra correspondente ao rendimento total do seu agregado antes de retirados os impostos ou feitas quaisquer deduções.

(389)(390)

B - Menos de 300 € (menos de 60.000\$) .....	01
T – 301 € (60.001\$) a 450 € (90.000\$) .....	02
P – 451 € (90.001\$) a 600 € (120.000\$) .....	03
F – 601 € (120.001\$) a 750 € (150.000\$) .....	04
E – 751 € (150.001\$) a 1000 € (200.000\$) .....	05
H – 1001 € (200.001\$) a 1250 € (250.000\$) .....	06
L – 1251 € (250.001\$) a 1500 € (300.000\$) .....	07
N – 1501 € (300.001\$) a 1750 € (350.000\$) .....	08
R- 1751 € (350.001\$) a 2000 € (400.000\$) .....	09
M – 2001 € (400.001\$) a 2250 € (450.000\$) .....	10
S – 2251 € (450.001\$) a 2500 € (500.000\$) .....	11
K - Mais de 2500 € (500.000\$) .....	12
Não responde .....	13

Não sabe.....	14
(408) (409) (410) (411)	
(412) (413) (414) (415)	